

Único plano é destruição e desmonte Bolsonaro e Guedes afundam economia e culpam Congresso e os aposentados

Rovena Rosa - ABr



“Bolsonaro está fazendo o Brasil perder tempo”, afirma Alckmin

“Temos 13,2 milhões de desempregados, cadê a agenda de produtividade? O Brasil não cresce, ficou caro para quem vive aqui, e tem dificuldade de exportação. Cadê a reforma tributária, fiscal?”, questionou o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), para quem Jair Bolsonaro “está fazendo o Brasil perder tempo”. **Página 3**

HORA DO POVO
ANO XXIX - Nº 3.710 5 e 6 de Junho de 2019



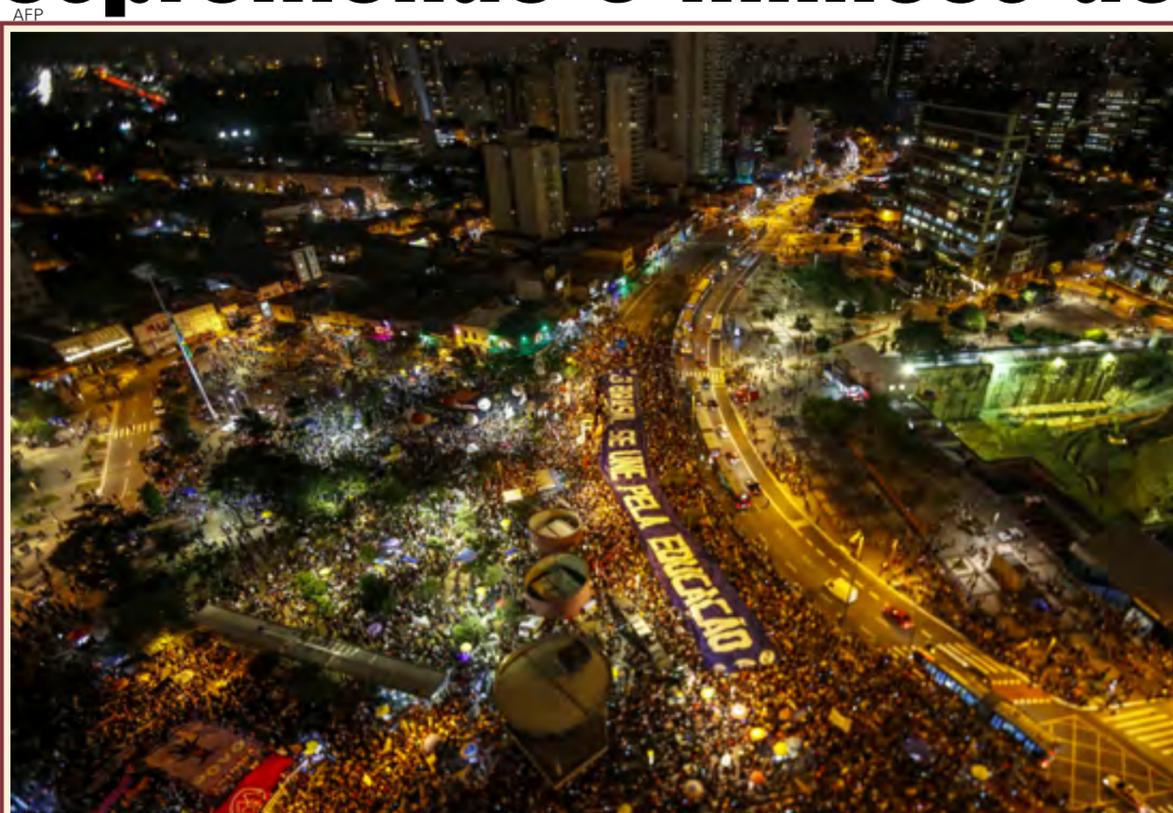
1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Previsão do PIB desde a posse não parou de cair: foi de 2,4% a 1,1%

O resultado do PIB do primeiro trimestre (-0,2%) – e, em perspectiva, o resultado do ano – nada tem a ver com a reforma da Previdência de Bolsonaro, ao contrário do que disse seu ministro Paulo Guedes. Guedes está, com isso, jogando a culpa do desastre que provo-

cou sobre a Câmara, o Senado – e sobre os aposentados. O HP havia alertado: “Os reiterados desatinos do chefe e as manifestações de boçalidade explícita dos ministros minaram a expectativa do “mercado” na retomada do crescimento, recolocando o país na rota da recessão. O desemprego recrudesciu”. **Página 3**

Governo quer capturar R\$ 10 bi espremendo 5 milhões de idosos



MP exige que Weintraub cancele nota contra atos e peça desculpa

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou, na sexta-feira (31), uma recomendação ao Ministério da Educação para que o órgão cancele uma nota oficial publicada em seu site no início da tarde da quinta-feira (30), dia das manifestações convocadas por entidades representativas dos estudantes, que reuniram mais de 1 milhão de pessoas contra o corte de verbas para a Educação. A nota do MEC, dirigido por Abraham Weintraub, diz que “professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário e

no ambiente escolar”. O MPF deu 10 dias de prazo ao MEC para responder se acatará ou não a recomendação, que faz parte de um inquérito civil, sob pena de sofrer medidas judiciais. **Página 4**

O governo conseguiu, através de um acordo com a oposição, votar no Senado, com apenas quatro horas de debate, a Medida Provisória 871/19, que pretende retirar do INSS R\$ 10 bilhões até o final do ano, através do que eles chamam de um “pente fino” nos benefícios por incapacidade. Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), se o governo quisesse realmente combater fraude, ele não concentraria seus esforços nos pobres, nos rurais, nas viúvas e nos incapacitados deste país. “Para efetivamente combater a fraude seria necessário apenas uma medida”, disse o senador, “bastaria extinguir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)”. Este órgão é usado pelos fraudadores para serem perdoados. “São R\$ 500 bilhões em sonegação que são revertidos pelas empresas neste conselho”, denunciou Alencar. **Página 3**

Para Maia, “o Brasil caminha rápido para um colapso social”

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), afirmou nesta segunda-feira (03) que o Brasil está à beira de um colapso social. “Para onde a gente está indo não é bom”, disse Maia. “Estamos caminhando de forma muito rápida para esse colapso social”, disse, em entrevista ao jornal “O Globo”. “Para sair da trajetória (de colapso), o governo vai ter que pensar projetos importantes na área de infraestrutura, políticas de segurança jurídica em muitas áreas”, afirmou. **Pág. 3**

Pesquisa Ibope: 73% condenam a ampliação do porte de armas

Uma pesquisa realizada pelo Ibope no mês de março, logo após o primeiro decreto de Bolsonaro sobre armas, mostra que a grande maioria dos entrevistados é contra a flexibilização tanto do porte de armas quanto da posse de armas como foi proposto. Ao todo foram três decretos, que acabam favorecendo a atividade das milícias. **Página 4**

BC derruba pela 14ª vez previsão de crescimento do PIB de 2019

Segundo o boletim Focus divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (3), a previsão dos economistas sobre o crescimento do PIB em 2019 caiu para 1,13%. Foi a 14ª queda seguida na previsão de alta do PIB deste ano. **Página 2**

Assange é “vítima de tortura”, denuncia relator da ONU

Boletim Focus do BC: Previsão de alta da economia cai pela 14ª vez consecutiva

Analistas de instituições financeiras voltaram a reduzir a estimativa para o crescimento da economia este ano. Segundo o boletim Focus divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (3), a previsão dos economistas é de que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 1,13%.

Foi a 14ª queda seguida na previsão de alta do PIB deste ano.

No boletim divulgado na semana passada, a previsão de crescimento do PIB era de 1,23%. No início do ano, logo após a posse de Bolsonaro, a expectativa era de alta de 2,4%.

Bradesco (1,1%) e Itaú (1%) estimaram um número ainda menor.

O economista-chefe do banco Fator, José Francisco de Lima Gonçalves, projeta um crescimento de 0,7% para este ano, "na melhor das hipóteses".

No último dia 30/05, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o resultado do PIB no 1º trimestre, registrando queda de 0,2%, em relação ao último trimestre do ano passado.

A queda foi puxada principalmente pelo pífio desempenho da indústria, setor essencial para a economia.

Alguns resultados: Indústria (total): -0,7%; Indústria extrativa: -6,3%; Indústria de transformação: -0,5%; Construção civil: -2%.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), "a economia brasileira vive, desde o final do ano passado, um quadro de estagnação, mas começa a se aproximar de um novo período de perdas, como sugere o resultado de -0,2% do PIB no primeiro trimestre de 2019, descontados os efeitos sazonais. Enquanto isso, a indústria já se encontra em recessão, acumulando dois trimestres de queda".

"Como a indústria, notadamente a manufatura, é o setor que mais estabelece encadeamentos com o restante da economia, sua nova etapa recessiva tem grande possibilidade de se espalhar e atingir a evolução futura do PIB total".

Por outro lado, o consumo e o investimento, representado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - despesa das empresas na compra de máquinas, equipamentos e construções - também tiveram fraco desempenho ante ao 4º trimestre de 2018: Consumo das famílias: 0,3%; Consumo do governo: 0,4%; FBCF: -1,7%.

Ou seja, variação zero do consumo e queda de no investimento.

Todos os indicadores econômicos têm apresentado estagnação. Isso acontece porque a política econômica de Guedes/Bolsonaro é a de juros siderais, corte de investimentos públicos e fim do crédito dos bancos públicos - além de brandir a "reforma" (desmonte) da Previdência como panaceia para todos os males.

O resultado é que o desemprego explodiu, os salários estão em queda e os empresários não investem, assolados que estão pelos juros altos e não ter para quem vender.

Em suma: a dupla Guedes/Bolsonaro está empurrando ainda mais a economia para o fundo do poço.

VALDO ALBUQUERQUE

Governo derruba PIB no primeiro trimestre e culpa a Previdência



Diretor da AEPET denuncia desmonte da estatal

Siqueira: venda de ativos deu prejuízo de R\$ 200 bi à Petrobrás

O engenheiro Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) e conselheiro da Petros, defendeu na quarta-feira (29) que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha a suspensão da venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobrás, para um consórcio formado por empresas estrangeiras.

Para Siqueira, a venda deste tipo de ativos gera prejuízo para a Petrobrás e a nação, já que a estatal terá que pagar aluguel pela rede de gasoduto, que antes pertencia a ela, para a multinacional francesa Engie.

"A TAG é uma rede de gasoduto que dá um retorno importante para a Petrobrás, ela deu um retorno de R\$ 7 bilhões no ano passado, foi vendida por um preço irrisório e agora a Petrobrás vai ter que alugar a um valor altíssimo a rede por 20 ou 30 anos, porque existe uma cláusula no qual diz que você, usando ou não a capacidade máxima da rede, você sempre pagará pela capacidade máxima. Quando a Petrobrás paga para a TAG, que é uma empresa dela, não tem problema. Agora quando tem que pagar para uma empresa estrangeira, é dilapidação do patrimônio nacional", denunciou o diretor da Aepet, em entrevista ao programa Faixa Livre da AEPET.

Siqueira contestou a tentativa de privatização da estatal, através da projeto de "desinvestimento", a pretexto de reduzir as dívidas da estatal.

Segundo ele, Pedro Parente, ex-presidente da Petrobrás, gerou "um prejuízo de R\$ 200 bilhões à Petrobrás com a venda dos ativos".

"Nós calculamos um prejuízo de R\$ 200 bilhões à Petrobrás com a venda dos ativos que o Parente fez. A Petrobrás saiu de uma dívida R\$ 115 bilhões para R\$ 69 bilhões, 75% disso foi com geração operacional de caixa das empresas pertencentes a Petrobrás e 25% foram abatidos com a venda de ativos da estatal. Vendeu US\$ 18 bilhões de ativos que geram caixa, como os campos de Lapa e Iara. Se não tivessem vendido esses ativos, haveria o mesmo abatimento da dívida. Fazendo esses cálculos percebemos que daria mais ou menos a mesma coisa, isso porque os campos de Lapa e Iara são poços produtores de 40, 50 mil barris por dia - então, [esses campos] gerariam caixa para a Petrobras", destacou o engenheiro.

ADIN

Nesta quinta-feira (30), o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para a próxima dia 5 de junho o julgamento conjunto das cautelares nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN), que questionam dispositivos da Lei 13.303/2016 das

Estatais - que permitem a venda de ativos de estatais, empresa pública, sociedade de economia mista, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios sem licitação e sem edição de lei que autorize tal alienação.

No conjunto de medidas cautelares que serão apreciadas pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estão: a liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski em junho do ano passado determinando que a privatização de estatais só seja feita com autorização do Congresso e a liminar concedida nesta segunda-feira (27) pelo ministro Edson Fachin que, amparada pela liminar de Lewandowski, decidiu suspender a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobrás, para um consórcio formado pela francesa Engie e a canadense Brookfield por US\$ 8,6 bilhões e a venda das refinarias da Petrobrás, anunciadas pelo governo Bolsonaro.

Em sua decisão, Fachin afirmou que a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permitiu o governo Bolsonaro continuar com privatizações sem consultar o Congresso Nacional contraria o entendimento do STF, "ainda que por vias oblíquas ou indiretas, ao permitir a continuidade do procedimento de venda de ativos sem a necessária e prévia licitação e sem a necessária autorização legislativa".

Na sessão desta quinta-feira, o relator das ações, ministro Ricardo Lewandowski, leu seu relatório e passou a palavra para as partes envolvidas se manifestarem.

O vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, defendeu "que não é possível que a compra e venda de ações das estatais sejam feitas sem uma lei autorizativa, para que todos saibam quais estatais estão sendo desestatizadas. É preciso haver transparência no processo. É incompatível com o nosso ordenamento republicano um dispositivo que permite a desestatização, ausente lei e ausente processo licitatório", disse Mariz Maia, reiterando que a manifestação da PGR é pela confirmação da concessão da medida cautelar.

Fizeram sustentação oral também: o advogado-geral da União, André Mendonça e os advogados, Claudio Pereira Souza Neto, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Luiz Alberto dos Santos, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF/CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (FENAEF).

Após a manifestação da PGR, o presidente da STF, ministro Dias Toffoli, anunciou que o julgamento do caso será retomado na sessão do dia 5 de junho.

ANTONIO ROSA

PIB recuou 0,2% na comparação com o trimestre anterior: os investimentos caíram 1,7% e o consumo das famílias zerou

O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre - e, em perspectiva, o resultado do ano - nada tem a ver com a reforma da Previdência de Bolsonaro, ao contrário do que disse seu ministro Paulo Guedes.

Guedes está, com isso, jogando a culpa do seu desastre, do desastre que provocou, sobre a Câmara, sobre o Senado - e sobre os aposentados.

Como já mostramos aqui no HP:

"No início de janeiro, quando Bolsonaro tomou posse, a previsão de crescimento do PIB em 2019 era de 2,4%. Após 11 semanas consecutivas de queda, as projeções caíram para 1,45% (Boletim Focus, do BC). O Bradesco e o Itaú estimaram um número ainda menor - 1,1% e 1%, respectivamente.

"Os reiterados desastinos do chefe e as manifestações de boçalidade explícita dos ministros minaram a expectativa do "mercado" na retomada do crescimento, recolocando o país na rota da recessão. O desemprego recrudesciu.

"Sem emprego e com os salários em queda a população não consome, voltou a se endividar em níveis elevados, os empresários não investem, freiam a produção porque não têm para quem vender" (v. *Desastinos de Bolsonaro recolocam o Brasil na rota da recessão HP 17/05/2019*).

Poderíamos acrescentar que, até hoje (03/06), a previsão do PIB caiu já pela 14ª vez e está em 1,13%.

O resultado do PIB do primeiro trimestre, publicado pelo IBGE na quinta-feira, confirmou inteiramente o que dissemos acima.

O grande problema da economia brasileira, no momento, chama-se Bolsonaro. A "queda na confiança", de que falam alguns economistas, significa apenas que ninguém sabe a maluquice que virá do Planalto no dia de amanhã.

Mas que virá alguma maluquice, e que ela terá caráter obscurantista, estúpido e mentalmente paleolítico, isso todos têm certeza (apesar de algumas tênues esperanças de que Bolsonaro passe a agir como um homem sensato, manifestadas em alguns artigos na imprensa - v., por exemplo, a coluna do acadêmico Merval Pereira, *Água na ferverura*, em "O Globo" 31/05/2019; mas isso somente pode durar até a próxima loucura).

O CENÁRIO SE FOI

Quanto a Guedes, é, em primeiro lugar, um incompetente, exceto quanto a ganhar dinheiro para si mesmo às custas dos outros (por exemplo, dos trabalhadores das estatais e seus fundos de pensão).

Segundo: Guedes tem aquela moral (ou falta de moral) de jogador, característica de certos elementos do mercado financeiro, que vivem de apostar e tapear os outros (bem entendido, nem todos os que estão ou estiveram no mercado financeiro são assim; mas Guedes é assim).

Além disso, é irresponsável (mas talvez isso faça parte do já dissemos). Qual foi o ministro, até hoje, desde a Independência, que, diante de um resultado negativo na economia, declarou que "isso não é novidade para nós. A economia está parada, à espera das reformas"?

Ou seja, o problema não é dele. E o sujeito é ministro da Economia.

Até o provecto Estadão, que não pode ser acusado de esquerdismo - ou de oposição à reforma da Previdência - comentou, em editorial intitulado "Nem a galinha decolou":

"E os vinte e tantos milhões de desocupados e marginalizados do mercado de empregos? Terão de esperar, porque o ministro e seus colegas de governo parecem pouco preocupados com essa gente. Ou, no mínimo, pouco atentos a detalhes do dia a dia, como as condições para comprar comida, remédios, sabonetes e também passagens para ir em busca de ocupação ou até a uma entrevista de emprego" (OESP 31/05/2019).

Mentir, dizer qualquer

coisa que lhe favoreça a voracidade, faz parte de Guedes. Não é por ser neoliberal que ele age assim.

E, antes disso, por ser um escroque.

Tanto assim que nem os neoliberais mais extremados acreditam que a reforma da Previdência é remédio para a crise do país, ou vai fazer alguma diferença - apesar de manifestarem o seu apoio.

Um exemplo é a entrevista da economista Monica De Bolle ao jornal "O Estado de S. Paulo":

OESP: A reforma da Previdência não tem capacidade de trazer novos investimentos? Há quem diga que há investimentos repressados esperando a reforma passar.

MONICA DE BOLLE: Não acredito em nada disso. Para mim, é realismo mágico, claramente. Cadê o investimento repressado? Olho em volta e não vejo nada. São os investidores externos? Não. O Brasil está perdendo relevância externa, rapidamente.

OESP: Por quê?

MONICA DE BOLLE: O PIB de hoje não ajuda muito. Mostra uma economia sem dinamismo. E qual investidor vai querer colocar dinheiro numa economia sem dinamismo? Antes disso, acho que tudo que a gente viu nos primeiros quase seis meses de governo Bolsonaro é muito indicativo do tipo de governo que é esse. É um governo que está mais empenhado em criar barulho e ruído e em falar para a base do que fazer coisas que possam colocar o Brasil em algum tipo de rumo. Os investidores estrangeiros, e tenho conversado com alguns deles, já se deram conta de que esse governo está muito aquém do que imaginavam há seis meses. Então não estou vendo investimento repressado. Estou vendo muito mais cautela e até um certo descaço em relação ao Brasil. Podem dizer que o Brasil é uma economia importante, a maior da América Latina, mas é uma economia que não tem dinamismo nenhum. Não todos têm certeza (apesar de algumas tênues esperanças de que Bolsonaro passe a agir como um homem sensato, manifestadas em alguns artigos na imprensa - v., por exemplo, a coluna do acadêmico Merval Pereira, *Água na ferverura*, em "O Globo" 31/05/2019; mas isso somente pode durar até a próxima loucura).

Note o leitor que essas declarações são da ex-musa (ou será que ainda é?) da Casa das Garças, reduto do reacionarismo econômico mais visceral, onde pontificam os senhores Edmar Bacha e Ilan Goldfajn. A economista, hoje, mora nos EUA.

De Bolle, aliás, faz uma observação que somente não é evidente para quem é parvo ou está de má-fé, sobre as razões da "falta de dinamismo" da economia brasileira:

"De um lado porque o desemprego está muito alto e de outro por causa das incertezas causadas exatamente pela falta de emprego e pelas discussões sem rumo econômico do País. A renda real está crescendo num nível muito baixo e os empregos criados, inclusive por causa da reforma trabalhista, têm sido muito precários, em que as pessoas não têm segurança. Tudo isso conspira para tornar o consumo das famílias fraco. Portanto, não há motor de crescimento pelo lado da oferta, pelo lado do serviço e pela indústria" (grifo nosso).

Ela lembra que, quando Bolsonaro tomou posse "todo mundo [no mercado financeiro] achava que a economia ia crescer 2,5% em 2019 [ela se refere à mediana das previsões, divulgada no Boletim Focus, do Banco Central, de 04/01/2019]".

Agora, completa ela, "esse cenário se foi".

O PIB

O resultado do PIB no primeiro trimestre foi -0,2% (menos 0,2%), quando comparado ao trimestre imediatamente anterior, isto é, ao quarto trimestre de 2018.

Porém, vejamos o resultado de alguns setores da economia, na mesma comparação:

- **Indústria (total):** -0,7%;
- **Indústria extrativa:** -6,3%;
- **Indústria de transfor-**

mação: -0,5%;

- **Construção civil:** -2%;
- **Agropecuária:** -0,5%;
- **Comércio:** -0,1%.

Esses são itens do chamado PIB "pela ótica da produção".

A comparação, repetimos, é com o último trimestre de 2018, ou seja, o último trimestre antes de Bolsonaro tomar posse.

CONSUMO E INVESTIMENTO

Vejamos os motores da economia, isto é, o consumo e o investimento, representado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), ou seja, a despesa das empresas na compra de máquinas, equipamentos e construções.

Então, em relação ao trimestre imediatamente anterior (quarto trimestre de 2018):

- **Consumo das famílias:** 0,3%;
- **Consumo do governo:** 0,4%;
- **FBCF:** -1,7%.

Resumindo: a variação do consumo foi zero (um aumento de 0,3% ou 0,4% em uma estatística - e em um país - de tais dimensões, é, na prática, zero).

Enquanto isso, o investimento, em um único trimestre, **caiu 1,7%**.

Sem consumo, quem vai investir?

Mas, por que isso aconteceu no primeiro trimestre?

Primeiro, Guedes manteve os juros altos. Como, sobre essa questão, existe uma selva de mal entendidos e invenções, transcrevemos o que diz o editor-executivo do jornal "Valor Econômico":

"... a política monetária brasileira tem se mostrado 'insuficientemente estimulativa'. Embora o Banco Central tenha feito uma redução bastante significativa da taxa básica de juros, tanto em termos nominais quanto reais, desde o fim do segundo semestre de 2016, o valor da 'taxa neutra' de juros também se reduziu nesse período. 'Taxa neutra' é o valor da Selic suficiente para manter a inflação estável, valor que foi reduzido no período em razão da contenção do consumo das famílias provocado pelo desemprego. Em outras palavras, a redução da Selic se deu ao mesmo tempo em que a 'taxa neutra' também caía, o que diminuiu significativamente o impacto do estímulo monetário para a economia" (v. Pedro Cafardo, **Como cordeiro, economia caminha para a recessão**, Valor Econômico, 07/05/2019, grifo nosso).

Segundo, o investimento público, sob Paulo Guedes, deixou de existir ("O investimento público caiu loucamente", diz Monica De Bolle). Terceiro, o financiamento dos bancos públicos deixou de existir (diz outro economista, tradicionalmente conservador, Paulo Rabello de Castro: "O que piorou nesta administração foi o completo desprezo pela parcela pública do crédito. Quando o nível de crédito cai seis, sete pontos percentuais de uma tacada só, não é preciso ser gênio da economia para perceber que houve uma diminuição do oxigênio").

Desde a década de 50 do século passado, além do Banco do Brasil, que já existia, o BNDES e outros bancos públicos agiram como facilitadores de crédito às empresas.

Sob Guedes, esses bancos, em especial o BNDES, para onde foi o ministro da Fazenda de Dilma, Joaquim Levy, se tornaram "seguradores de crédito". Em outras palavras, eles agem para obrigar os empresários a procurarem os bancos privados, com suas taxas de juros maravilhosas - ou, diretamente, para a falência.

Todos esses aspectos poderiam ser, mais ou menos, consertados ou minorados, se substituídos os incompetentes e doidos atuais (doidos não faltam na equipe econômica; eles não estão apenas no Itamaraty, no MEC ou naquele ministério da Damares).

Se não fosse o fato de que na Presidência está um desequilibrado, que, com seus desastinos, acoita os desastinos do seu entorno.

C.L.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506
Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Mello Bastos trouxe Jango para o Brasil Último voo de Paulo de Mello Bastos, o piloto herói que garantiu a posse de Jango

“Como o avião de caça ataca, com metralhadora, de baixo para cima, eu vindo baixinho ele não tem espaço para me atacar, senão ele bate”, explicou

Quem primeiro deu a notícia da última viagem do Comandante Mello Bastos, ocorrida na última quinta-feira (30), foi a jornalista Ana Helena Tavares.

“Faleceu na última quinta-feira, 30 de maio, aos 101 anos, Paulo de Mello Bastos, conhecido como comandante Mello Bastos. Sindicalista destacado nas décadas de 1950 e 60, piloto habilidoso e militar legalista”, disse ela.

Em 1964, ele era uma das lideranças mais visadas pelos golpistas. Foi preso e cassado pelo Ato Institucional Nº 1 e obrigado a se exilar.

O piloto, que foi da FAB e depois foi para a Varig, foi quem salvou Jango de um ataque preparado por golpistas já em 1961, quando voltava da China.

Mello Bastos era nacionalista e apoiador das reformas de base, foi também um dos líderes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade formada em 1962 e fechada em 1964.

O Comando Geral foi uma das entidades defensoras do plebiscito que, em 1963, restabeleceu o presidencialismo. Naquele período, reivindicava “contenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade e medidas concretas contra a sonegação”, respeito aos direitos adquiridos dos trabalhadores, reforma tributária, direito de greve, nacionalização de empresas estrangeiras que atuavam em “setores fundamentais” e regulamentação da lei de remessa de lucros, entre outros itens.

A entidade nunca foi reconhecida formalmente, mas teve intensa atuação política na época. Entre seus dirigentes, além de Bastos, estavam Dante Pelacani, Osvaldo Pacheco, Batistinha, Clodmidt Riani, Hercules Correa e Raphael Martinelli.

No ano em que foi demitido da Varig, em 1963, rodoviários, aeronautas e navios petroleiros, deflagraram, em solidariedade, uma das maiores greves dos transportes que esse país já viu. O movimento foi batizado de greve Mello Bastos.

O então ministro do Trabalho, Almino Affonso, divulgou nota lembrando que ele tinha direito a estabilidade, mas foi interpelado por João Goulart. Discutem, e o ministro pede demissão, que não foi aceita. A crise acaba com um telefonema do próprio presidente para o dono da companhia aérea, Ruben Berta.

Mello Bastos recorda, em um de seus livros, que a última reunião do “secretariado político” do CGT ocorreu na noite de 1º de abril de 1964, “na casa de um ferroviário, em Cascadura”, bairro da zona norte carioca. Dez dias depois, ele decidiu asilar-se na embaixada do Uruguai.

O voo histórico

Em 1961, já como tenente-coronel-aviador reformado e piloto da Varig, foi Mello Bastos que conseguiu fazer com que, após a renúncia de Jânio Quadros, o então vice-presidente João Goulart (que voltava da China) pousasse em segurança em Porto Alegre para assumir a presidência.

“Jango estava na China, voltou por Paris e Nova York, onde conferenciou com Kennedy. E, em lugar de fazer Nova York – Rio de Janeiro, como normalmente se fazia, ele veio pelo Pacífico. E chegou a Buenos Aires”, diz o comandante.

“Quando eu estava embarcando para Porto Alegre tinham me dito: ‘Você tenha na cabeça que existe uma operação, um plano, para não deixar o Jango sobrevoar o território nacional’”, relatou Mello Bastos.

Para não ser interceptado pelos caças e escapar do possível ataque, ele voou em baixa altitude.

O avião estava ameaçado de ser abatido por caças militares que queriam dar o golpe já naquele ano – era a “Operação Mosquito”. No livro A caixa-preta do golpe de 64 (editora Família Bastos, 2006), ele dá detalhes sobre a viagem.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

S. C.

Ibaneis: ‘esse governo aí gosta de fazer barulho’

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou na quinta-feira (30), durante o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2019, na Federação da Indústria do DF, que está havendo muito barulho e poucas soluções a nível federal e que seu governo está trabalhando em sentido inverso.

“Estamos trabalhando na contramão do governo federal, buscando, de todas as maneiras, incentivar o empresariado. Nós fizemos isso e demos prova disso”, afirmou Ibaneis, sobre os recentes incentivos anunciados pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Logo em seguida, Ibaneis voltou a criticar a condução da política brasileira pelos atuais ocupantes do Palácio do

Planalto. “Eu já notei que este governo que está aí gosta de fazer barulho. Então, vamos fazer barulho, mas um barulho da democracia, um barulho para trazer desenvolvimento e renda, para dar esperança de novo para a população”, prosseguiu o governador.

O chefe do executivo do DF, assim como uma parte crescente da população, não anda nada satisfeito com a atual situação da economia brasileira e com a falta de propostas para a retomada do crescimento. Ele depende da melhoria da situação a nível federal para conseguir cumprir uma de suas principais promessas de campanha: a equiparação do salário da Polícia Civil do DF com o da Polícia Federal.

“Pente-fino” de Bolsonaro é para depenar os idosos



Trabalhadores rurais serão os mais penalizados com a MP do INSS

Bolsonaro: “professores são espertalhões que usam a garotada em causa própria”

Jair Bolsonaro voltou a atacar estudantes e professores no mesmo dia em que mais de um milhão de jovens foram às ruas em todo o Brasil protestar contra os cortes de verbas da Educação. Ele já tinha dito, no último dia 15, que os estudantes eram “uns idiotas úteis, imbecis”. Agora, em entrevista no SBT, volta a destilar seu ódio pela educação.

“O certo é falar inocentes úteis”, insistiu. “A grande maioria da garotada presente não sabia o que estava fazendo ali, diferente dessa última manifestação pedindo agilidade ao Parlamento”, disse ele, comparando os protestos dos estudantes com as fracas manifestações de apoio ao governo, realizadas no último domingo (26).

“Uma minoria de professores espertalhões usa a garotada em causa própria tentando sempre desestabilizar o governo”, insistiu Bolsonaro, mostrando desprezo pelos

professores brasileiros e desrespeito à consciência dos estudantes.

A entrevista foi na mesma direção do ministro da Educação, Abraham Weintraub, que ameaçou professores e pais de alunos na quinta-feira (30) na tentativa frustrada de impedir os protestos. Disse que professores coagiram alunos a participarem dos atos.

O resultado desses ataques, tanto de Bolsonaro quanto de Weintraub, aos professores, pesquisadores e estudantes, é que o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal do Rio Grande do Norte, pedindo a condenação do ministro Abraham Weintraub e da União ao pagamento de indenização no valor de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos.

A ação foi motivada pelas condutas adotadas por Weintraub desde que assumiu a pasta em abril, caracterizadas por falas

ofensivas a alunos e professores. Segundo o MPF, os danos morais coletivos foram causados à honra e à imagem de alunos e professores das universidades federais através de declarações públicas do ministro. Ele ameaçou cortar verbas das universidades que estivessem “fazendo balbúrdia”.

“Tais declarações ofendem a honra objetiva e a imagem pública dos estudantes e professores universitários das instituições públicas federais de ensino superior brasileiras, pois tem potencial discriminador, não estando protegidos pela liberdade de expressão, ao passar a imagem de que tais pessoas não levam a sério as atividades de ensino, pesquisa extensão, sendo pessoas baderneiras ou desocupadas”, diz a ação. Parlamentares e partidos políticos também anunciaram que vão entrar na Justiça contra o ministro.

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

Geraldo Alckmin: “Bolsonaro está fazendo o Brasil perder tempo”

O ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), voltou a criticar a gestão de Jair Bolsonaro (PSL) na presidência da República. Para o tucano, a equipe do governo atual não tem um plano e “está fazendo o Brasil perder tempo”.

“Temos 13,2 milhões de desempregados, cadê a agenda de produtividade? O Brasil não cresce, ficou caro para quem vive aqui, e tem dificuldade de exportação. Cadê a reforma tributária, fiscal?”,

questionou. O ex-presidente do PSDB criticou ainda as novas orientações do governo com respeito às relações exteriores. “A questão da política externa... Uma ideologização, que não é da velha, é da antiga, da antiquíssima política”, disse.

Alckmin não poupou críticas à atuação do governo na economia, na educação e também na segurança pública.

“Quero repetir que não tenho nada de pessoal

contra ele (Bolsonaro), mas há um oportunismo de querer se aproveitar enfraquecendo as instituições. Temos é que melhorá-las. Não é estigmatizando que vai avançar. Veja, por exemplo, a educação. Enquanto se discute ideologização ninguém fala do Fundeb, que vai acabar no fim do ano. Como se financia a educação básica? Isso é que é o importante”, afirmou.

Íntegra na íntegra em www.horadopovo.org.br

“O Brasil está caminhando rápido para um colapso social”, alerta Rodrigo Maia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), afirmou em entrevista ao jornal “O Globo”, nesta segunda-feira (03), que o Brasil está à beira de um colapso social. “Para onde a gente está indo não é bom”, disse Maia. “Estamos caminhando de forma muito rápida para esse colapso social”, destacou.

Apesar de defender a reforma da Previdência que, segundo a maioria esmagadora dos especialistas da área, se consumada, vai agravar ainda mais a crise, Rodrigo Maia já começa a admitir que ela “não vai resolver nada por si só”. “Para sair

da trajetória (de colapso), o governo vai ter que pensar projetos importantes na área de infraestrutura, políticas de segurança jurídica em muitas áreas, ter coragem de enfrentar desafios”, afirmou. Maia comentou as manifestações do dia 26, em defesa de Jair Bolsonaro – impulsionadas pelo governo – e que o colocou como um dos alvos principais dos bolsonaristas. “Foi uma manifestação basicamente do governo atacando aqueles que podem ajudar a agenda do próprio governo”, observou.

O deputado também criticou o anunciado “pac-

to” acertado por Bolsonaro em reunião com ele, Davi Alcolumbre (DEM/AP), que preside o Senado, e Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). “Teve aí uma informação mal colocada. O ministro (Dias) Toffoli fez uma proposta de um pacto, não me lembro dos termos exatos, mas era mais de princípios, o governo veio com uma contraproposta mais política, mais ideológica, nós vamos estudar porque eu não posso assinar algo que eu não tenha apoio majoritário”, afirmou.

Íntegra mais em www.horadopovo.org.br

Presidente do PT defende parasitar luta contra cortes na Educação e é criticada

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, sofreu críticas por afirmar que o movimento “Lula Livre” deve pegar carona nas mobilizações contra os cortes de verbas da Educação. “Essa moçada está indo às ruas pelo legado que Lula deixou nesse país”, de-

fendeu ela. A opinião da petista pode, segundo analistas, acabar ajudando Bolsonaro.

O ex-prefeito Fernando Haddad, percebeu isso e declarou ao jornal Folha de S. Paulo que “o PT não pode ter a pretensão de tutelar movimento social”. Cobrado por integrantes do partido sobre

a declaração, Haddad criticou o que chamou de “intrigas” e emendou que há os setores que apoiam o Lula Livre (em sua opinião, toda a centro-esquerda), e “há o movimento educacional com dinâmica própria”, disse ele.

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

Senado aprovou MP que retira R\$ 10 bilhões

O governo conseguiu, através de um acordo com a oposição, votar no Senado, com apenas quatro horas de debate, a Medida Provisória 871/19, que pretende retirar do INSS R\$ 10 bilhões até o final do ano, através do que eles chamam de um “pente fino” nos benefícios por incapacidade. Ou seja, mais uma medida para arrancar o couro dos idosos, aposentados e pensionistas.

Segundo o Planalto, seriam estes os principais suspeitos de fraude na Previdência. E, por isso, é contra eles que são tomadas essas medidas persecutórias e de restrição do acesso aos benefícios previdenciários. A MP acabou sendo aprovada por 55 votos a favor e 12 contra.

A alegação do governo de que a MP tem como objetivo combater fraudes não se sustenta.

Diversos instrumentos legais já estão disponíveis para o combate às fraudes. Não é sério alegar que as “fraudes” na Previdência estão concentradas nos benefícios por incapacidade. Não é sério deixar os grandes devedores da Previdência intactos, sem nenhuma medida contra eles, enquanto se abre uma verdadeira cruzada contra os idosos mais pobres.

Todos os idosos e beneficiários por incapacidade terão que passar por reavaliação anualmente, ao invés de o fazer de dois em dois anos.

Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), se o governo quisesse realmente combater fraude, ele não concentraria seus esforços nos pobres, nos rurais, nas viúvas e nos incapacitados deste país. “Para efetivamente combater a fraude seria necessário apenas uma medida”, disse ele. “Bastaria”, segundo o senador, “extinguir o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)”.

Este órgão é usado pelos fraudadores para serem perdoados. “São R\$ 500 bilhões em sonegação que são revertidos pelas empresas neste conselho”, denunciou Alencar.

Nenhuma medida está sendo anunciada para a cobrança dos grandes devedores da Previdência Social. A dívida dos mil maiores devedores da Previdência soma, em valores corrigidos, R\$ 136 bilhões, 627 milhões, 412 mil, 866 reais e 8 centavos. Reparemos que essa é a lista dos 1.000 maiores devedores, pois “a soma dos passivos das empresas junto à previdência remonta cifras da ordem de R\$ 450 bilhões” (cf. CPI

da Previdência, Relatório Final, outubro/2017, p. 32).

Só para se ter uma ideia de quem está sendo deixado impune enquanto se concentra o “pente fino” nos pobres, inválidos e pensionistas, vejamos alguns deles. A Embaixada dos Estados Unidos, por exemplo, está entre os mil maiores devedores da Previdência (deve R\$ 65 milhões, 175 mil, 235 reais e 48 centavos, valor corrigido pelos preços de janeiro de 2019).

A JBS deve à Previdência R\$ 2 bilhões, 404 milhões, 592 mil, 388 reais e 69 centavos – e, apesar de todas as vicissitudes, não é uma empresa falida.

Muito menos era uma empresa falida quando contraiu essa dívida, na época em que recebeu, em troca de propina, R\$ 5,64 bilhões do BNDES, inteiramente de graça, sob a forma de compra de ações (v. JBS: Temer, Lula, Meirelles, propinas e dinheiro do BNDES). Se a JBS não pagou à Previdência, foi porque não quis pagar – e a polícia não foi chamada a cobrar, pois isso é caso de polícia.

O Bradesco é outro que deve R\$ 574 milhões, 999 mil, 434 reais e 56 centavos à Previdência, também não é uma empresa falida.

Mas quem é colocado como suspeito de fraudar a Previdência não são essas empresas. São os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, são os segurados mais pobres.

O item constante na Medida Provisória, e denunciada por vários senadores, entre eles, Randalfe Rodrigues, é a fragilização do papel dos sindicatos. Ou seja, o governo federal parte do pressuposto de que as entidades sindicais seriam cúmplices de irregularidades na comprovação do tempo de trabalho dos agricultores – sem nenhum caso concreto ou evidência prática.

A MP tira dos sindicatos rurais o direito de defender os segurados em seus direitos junto à Previdência.

“Eu sempre reafirmo o papel histórico dos sindicatos para ajudar a construir a nossa política de Previdência Social rural, que hoje é uma das mais importantes para garantir a produção de alimentos saudáveis no campo, como também para a economia de mais de 70% dos municípios brasileiros”, afirmou o senador, que lidera o bloco “Senado Independente” e discursou contra a aprovação da MP 871.

Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Procuradoria-Geral da República: Venda de estatais é inconstitucional

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu a necessidade de aval do Legislativo e de processos licitatórios para a venda de empresas estatais. O posicionamento do órgão ocorreu na última quinta-feira (30), durante a sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) que iniciou o julgamento em conjunto de quatro ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que tratam da necessidade de autorização legislativa para a venda de estatais e de ações sem licitação.

“Não é possível que a venda do controle acionário das estatais seja feita sem uma lei autorizativa, e sem processo licitatório”, afirmou o vice-procurador-geral Luciano Mariz Maia, em sustentação oral durante a sessão. O julgamento foi suspenso após as manifestações dos envolvidos no processo e será retomado na próxima quarta-feira (5).

Luciano Mariz Maia reiterou os argumentos do parecer enviado ao STF pela procuradora-geral

“Querer fechar o Supremo e o Congresso é neonazismo, sim”, afirma Marco Antonio Villa

A direção da rádio Jovem Pan acabou admitindo, em nota, que o afastamento do historiador e apresentador, Marco Antonio Villa, foi motivado por seus comentários contra as manifestações bolsonaristas.

De acordo com a nota divulgada pela rádio, o “respeito ao público impõe aos seus comentaristas limites que separam a crítica substantiva da adjetivação grosseira”.

A rádio se refere ao comentário feito por Villa antes das manifestações bolsonaristas do dia 26 que atacavam o STF, o Congresso e a imprensa. Durante o programa “Jornal da Manhã” do dia 24, o comentarista político afirmou que Jair Bolsonaro não tem “compostura, preparo, articulação política e reforça a crítica ao parlamento, estimulando atos neonazistas, como do próximo dia 26, que é

da República, Raquel Dodge. No documento, a PGR destaca que, “por força dos incisos XIX, XX e XXI do art. 37 da Constituição da República, a operação de alienação de ações de sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que implique a transferência do controle societário do Estado, demanda prévia autorização do legislador e submete-se a procedimento de licitação”.

O representante do MPF defendeu que a exigência de autorização legislativa para a venda de estatais é indispensável, porque a manutenção do princípio de soberania nacional requer controle estratégico sobre suas riquezas e bens. “É incompatível com o ordenamento constitucional republicano dispositivo que permite a desestatização com alienação do controle acionário, ausente de lei, ausente processo licitatório”, afirmou Mariz Maia.

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

claramente no sentido de fechar o Supremo [Tribunal Federal, STF], o Congresso e impor a ditadura”.

Essa foi a última participação de Marco Antonio Villa na rádio, que suspendeu seu contrato logo depois disso.

Em sua resposta, Marco Antonio Villa afirmou que é “defensor da democracia e contra a ditadura, contra as pessoas que querem fechar o STF, invadir o Congresso Nacional, e aí incluem os nazistas, neonazistas”. “Eu não acho que isso foi uma deselegância, adjetivação, isso é conceitual, e assim sempre fui durante os anos em que estive na rádio”, rebateu.

“Quando alguém defende o fechamento do Supremo e a invasão do Congresso, isso é o neonazismo, sim”, reafirmou.

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

MPF exige que Weintraub cancele nota contra atos e peça desculpas

Órgão recomendou que o MEC “abstenha-se de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis, pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários”

O Ministério Público Federal (MPF) encaminhou, na sexta-feira (31), uma recomendação ao Ministério da Educação para que o órgão cancele uma nota oficial publicada em seu site no início da tarde da quinta-feira (30), dia das manifestações convocadas por entidades representativas dos estudantes contra o corte de verbas para a Educação.

A nota do MEC, dirigido por Abraham Weintraub, diz que “professores, servidores, funcionários, alunos, pais e responsáveis não são autorizados a divulgar e estimular protestos durante o horário e no ambiente escolar”.

Por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Rio Grande do Sul, o MPF deu 10 dias de prazo ao MEC para responder se acatará ou não a recomendação, que faz parte de um inquérito civil, sob pena de sofrer medidas judiciais. O órgão solicita que o MEC promova imediata retratação pública quanto à publicação e divulgação da referida nota.

O texto do MPF recomenda que o MEC “abstenha-se de cercear a liberdade dos professores, servidores, estudantes, pais e responsáveis, pela prática de manifestação livre de ideias e divulgação do pensamento nos ambientes universitários, de universidades públicas e privadas e Institutos Federais, incluindo análise, divulgação, discussão

ou debate acerca de atos públicos, seja através de nota oficial ou pela prática de qualquer outro ato administrativo”.

O MPF cita que a Constituição da República consagra o direito de reunião em seu art.5º, XVI, “consignando que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em lugares abertos ao público independente de autorização”. De acordo com o Ministério Público, “qualquer tentativa de obstar a abordagem, a análise, a discussão ou o debate acerca de quaisquer concepções filosóficas, políticas, religiosas, ou mesmo ideológicas, inclusive no que se refere à participação de integrantes da comunidade escolar em atos públicos – o que não se confunde com propaganda político-partidária -, desde que não configurem condutas ilícitas ou efetiva incitação ou apologia a práticas ilegais, representa flagrante violação aos princípios e normas acima referidos”.

Segundo o MPF, “o não acatamento infundado do presente documento, ou a insuficiência dos fundamentos apresentados para não acatá-lo total ou parcialmente, poderá ensejar a adoção das medidas judiciais cabíveis”.

A nota divulgada pela página do MEC na internet assevera que “instituições de ensino públicas não podem promover movimentos políticos” e orienta a população a denunciar à Ouvidoria da pasta a ocorrência de “eventos desse cunho”. O texto fornece ainda um link para o formulário de denúncia.



No ato do dia 30, na capital paranaense, manifestantes recolocaram a faixa “Em defesa da Educação” na sede da UFRJ, que havia sido arrancada por bolsonaristas

Deputado do PSL agride outro parlamentar e responderá por quebra de decoro na Câmara

O deputado Julian Lemos (PSL-BA) será denunciado duas vezes pelo Conselho de Ética da Câmara após ter dado uma cabeçada no também parlamentar Expedito Netto (PSD-RO) durante sessão no plenário da Câmara dos Deputados.

Expedito Netto preparou uma representação por quebra de decoro contra o colega Julian Lemos (PSL-BA) por agressão física. Na última quarta-feira (29), durante plenária na Câmara dos Deputados, o parlamentar Julian Lemos deu uma cabeçada em Expedito, enquanto ele interferia em favor do também deputado Edmilson (PSL-BA) ao tentar encerrar uma discussão entre os parlamentares do PSOL e do PSL.

No vídeo da transmissão da sessão da Câmara é possível ver o momento da agressão:

Edmilson reclamava da condução da sessão que estava sendo presidida pela deputada Geovania de Sá (PSDB-SC),

comportamento considerado comum durante as reuniões, principalmente no momento em que os parlamentares tentam reivindicar espaço para discursar. Expedito Netto resolveu intervir após Edmilson ser empurrado.

Julian Lemos foi apresentado ano passado pelo então candidato Jair Bolsonaro como seu “homem forte na Paraíba e “amigo de primeira hora”, o deputado foi um dos coordenadores da campanha presidencial do PSL no Nordeste. Ele também integrou a equipe de transição do governo., Julian já foi acusado três vezes e preso com base na Lei Maria da Penha, após denúncia de agressão à ex-esposa e a uma irmã.

O parlamentar do PSL está em seu primeiro mandato na Câmara e integra as comissões de Segurança Pública e de Direito Humanos e de Minorias e nega as acusações de agressão.



No dia 30 de maio, mais de um milhão de pessoas foram às ruas de 217 cidades brasileiras contra os cortes do governo Bolsonaro na Educação

Pesquisa revela que 73% da população é contra a liberação do porte de armas

Uma pesquisa realizada pelo Ibope no mês de março, logo após o primeiro decreto de Bolsonaro sobre armas, mostra que a grande maioria dos entrevistados são contrários à flexibilização tanto do porte, quanto da posse de armas para cidadãos comuns. O direito ao porte é a autorização para transportar armas e a permissão para andar armado nas ruas.

Segundo os dados da pesquisa, 73% dos entrevistados são contra a permissão do porte de armas e 26% estão a favor. 1% não souberam responder. Os entrevistados também foram questionados sobre a posse de armas: 61% são contrários a mais facilidade para possuir arma em casa; 37% são favoráveis e 2% não souberam ou não responderam.

A pesquisa do Ibope foi realizada entre 16 e 19 de março, antes de dois decretos editados pelo governo com foco no porte de armas. Foram ouvidas 2.002 pessoas

em 143 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Ainda de acordo com a pesquisa Ibope 51% da população não concordam com a afirmação de que o aumento de pessoas armadas torna a sociedade mais segura. Além disso, 37% discordam da ideia de que ter uma arma em casa a torna mais segura; por outro lado, 31% afirmaram ter total convicção de que a casa fica mais segura com arma.

No caso do porte, 47% discordaram totalmente que carregar uma arma deixa a pessoa mais segura, e outros 18% discordaram em parte.

DECRETOS

Em janeiro, Bolsonaro assinou um decreto que facilitou a posse de armas: a Polícia Federal deveria presumir como verdadeira a declaração de “efetiva necessidade” para o cidadão que quiser ter arma em casa. Na prática, essa declaração estaria comprovada para qualquer pessoa que cumprisse os demais requisitos. O texto manteve como exigências a idade acima de

25 anos, além da apresentação de atestado de aptidão técnica, laudo psicológico e certidão de antecedentes criminais.

O decreto de 8 de maio revogou o de janeiro e, além das regras para posse, incluiu novas normas para porte de armas. Sobre porte, o texto diz que, para algumas categorias, como políticos, advogado, caminhoneiro, agente de trânsito e residente em área de rural, a PF deve entender como cumprida a comprovação de “efetiva necessidade” para andar com arma fora de casa.

O texto do início de maio também classificou como de uso permitido armas que antes eram restritas a forças de segurança, inclusive fuzis. Porém, em 22 de maio, o governo recuou e alterou o decreto anterior, vetando o porte de fuzis, carabinas ou espingardas para cidadãos comuns. Mas manteve a facilitação do porte para uma série de profissionais, incluindo agora o guarda portuário.

Bolsonaro volta a defender transformação de reserva ambiental em ‘Cancun’ brasileira

A unidade de preservação Estação Ecológica de Tamoios (Esec Tamoios), na baía de Angra dos Reis (RJ), que Jair Bolsonaro quer transformar em “Cancun brasileira”, é composta por 29 ilhas e serve refúgio para espécies em risco de extinção.

Bolsonaro questionou: “Por que [a Esec Tamoios] não pode ser nossa Cancun?”.

Cancun é um município costeiro do México que foi transformado num centro turístico. O impacto ambiental das construções e do turismo predatório causou a destruição da biodiversidade local. Os recursos naturais da região foram degradados pelo desenvolvimento urbano e turístico não planejado, bem como pela violação sistemática das restrições contidas nas leis ambientais.

A Esec Tamoios, que foi estabelecida em 1990, por

outro lado, é um refúgio para os animais marinhos, inclusive espécies em risco de extinção, como a garoupa, o cavalo-marinho, o boto cinza, o mero e o peixe-anjo.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pelo menos 200 espécies de peixes habitam a região, além de aves e plantas raras, como algumas orquídeas e bromélias.

A Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Museu Nacional realizam pesquisas sobre biologia e oceanografia na região.

Para a professora da UFRJ Batha Alonso, “no mundo inteiro, a gente tem visto a importância de ter algumas áreas restritas à pesca perto da costa. É muito importante para os mamíferos marinhos terem esse tipo de espaço como

a Esec Tamoios, porque ele acaba se tornando um berçário, um lugar para alimentação, para a socialização”.

Quando comentou em transformar a unidade de conservação em polo turístico, Jair Bolsonaro comentou sobre revogar o decreto que criou a Estação Ecológica. Porém, isso é inconstitucional. De acordo com a Constituição, para alterar ou suprimir qualquer coisa relativa à áreas de conservação ambiental, o Congresso Nacional deve aprovar uma lei.

Em 2012, Bolsonaro foi multado em R\$ 10 mil pelo Ibama por ter pescado em áreas de preservação ambiental. Desde então, vem criticando todas as medidas e órgãos de preservação. Sua multa foi cancelada no final do ano passado e o funcionário responsável foi exonerado.



Rochedo na Estação Ecológica de Tamoios, na Baía de Angra dos Reis



Weintraub abriu um guarda-chuva em vídeo sobre “mentiras propagadas contra o MEC”

UFRJ cobra esclarecimentos do ministro da Educação sobre o Museu Nacional

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) informou em nota na quinta-feira que pedirá ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, que preste esclarecimentos sobre sua afirmação a respeito do reitor da instituição, Roberto Leher. Em um vídeo publicado no Twitter para falar sobre o contingenciamento de verbas para o Museu Nacional, Weintraub afirma que Leher “não conseguiu explicar” o incêndio da instituição. Em nova nota, divulgada na sexta-feira, 31/5, a universidade responde detalhadamente o que qualifica de “performance musical” do ministro na rede social.

A UFRJ afirma que Weintraub considera os laudos da Polícia Federal sobre as circunstâncias do incêndio, bem como a fiscalização feita pelo Tribunal de Contas do Estado e pelo Ministério Público Federal. A universidade diz ainda que conduziu uma sindicância interna com pessoas especializadas.

“Nesta quinta-feira, 30/5, o ministro da Educação gravou em vídeo uma performance musical para tratar dos recursos destinados ao Museu Nacional, instituição acadêmica de prestígio mundial. Seu comportamento e declarações estão em desconformidade com o ethos acadêmico praticado pela comunidade científica e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, da qual o museu faz parte.”

“A UFRJ solicitará ao ministro que preste esclarecimentos sobre o trecho em que menciona o reitor, afirmando que este “não conseguiu explicar” o ocorrido. Surpreende-nos que o ministro desconsidere o laudo técnico divulgado pela Polícia Federal sobre as circunstâncias do incêndio, bem como o trabalho desempenhado pelo Tribunal de Contas da União, Ministério Público Federal e sindicância interna conduzida por renomados especialistas da UFRJ, sobre as causas do ocorrido.”

“Em todas essas iniciativas, a Reitoria é parte ativa dos esclarecimentos, diagnósticos, estudos e soluções para a reconstrução, assim como, antes do incêndio, foi ativa na captação de R\$ 20 milhões para a adequação de infraestruturas e elaboração de projetos para realizar melhorias na infraestrutura e na preservação dos acervos.”

Criador do jingle de Bolsonaro, MC Reaça se suicida

Tales Volpi, conhecido como MC Reaça, foi encontrado morto neste sábado (1), após espancar jovem grávida e cometer suicídio. O jovem de 26 anos foi autor de diversos jingles para a campanha de Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições do ano passado.

De acordo com informações cedidas pela Polícia Civil, Volpi era casado, mas mantinha uma relação extraconjugal com uma agente de viagens de Indaiatuba. Na tarde de sábado, o pai da jovem, um metalúrgico de 62 anos, registrou boletim de ocorrência na Polícia Civil de Indaiatuba relatando que a filha foi agredida pelo cantor e estava internada no Hospital Augusto de Oliveira Camargo, na mesma cidade.

A mulher apresentava edema e hematomas no rosto e olho, além de fraturas no maxilar, e precisaria passar por cirurgia. O caso foi registrado como violência doméstica e lesões corporais. A agressão teria acontecido em razão de um suposto anúncio de gravidez feito pela jovem.

A polícia também teve acesso a um áudio que Volpi enviou para a esposa. Nele, ele pede à mulher que ajude a amante a cuidar do bebê, caso a criança sobreviva.

MC Reaça ficou conhecido com a música “Proibição Bolsonaro”, uma paródia do funk “Baile de Favela”, do MC João. A letra da música, que fala em dar “ração na tigela” para feministas e compara mulheres “de esquerda” a “cadelas”, foi cantada por apoiadores de Bolsonaro em um ato realizado em Recife durante a campanha.

“Dou pra CUT pão com mortadela / E pras feministas ração na tigela / As minas de direita são as top mais belas / Enquanto as de esquerda têm mais pelo que as cadelas”, diz um trecho da música.

Bolsonaro usou suas redes sociais na manhã de domingo (2) para lamentar a morte de MC Reaça.

“[Tales] tinha o sonho de mudar o país e apostou em meu nome por meio de seu grande talento. Será lembrado pelo dom, pela humildade e por seu amor pelo Brasil. Que Deus o conforte juntamente com seus familiares e amigos”, comentou Bolsonaro em sua conta oficial no Twitter.

'Com reforma, mulheres não se aposentam antes dos 74 anos'

**Decisão foi tomada no dia 29 de maio
STF decide: "Manter gestantes em locais insalubres é ilegal"**

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou no dia 29 de maio, por 10 votos a 1, inconstitucional o trecho da reforma trabalhista que permitia que gestantes e lactantes trabalhassem em atividades insalubres.

Com a decisão, segundo o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, fica valendo a regra anterior.

Antes da reforma que tirou direitos trabalhistas em 2017, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) definia que a gestante deverá ser afastada de atividades e locais insalubres, devendo ser realocada em outro tipo de serviço. Não sendo possível, será afastada e terá direito a receber salário-maternidade.

Em seu voto, Moraes confirmou sua liminar proferida em maio e condenou a alteração na CLT. "Quem de nós gostaria que nossas filhas, irmãs, netas, grávidas ou lactantes, continuassem a trabalhar em ambientes insalubres?", questionou o ministro, considerando, neste caso, que a reforma trabalhista é inconstitucional por não proteger as mulheres grávidas e lactantes.

"A proteção da mulher grávida ou da lactante em relação ao trabalho insalubre caracteriza-se como importante direito instrumental protetivo tanto da mulher quanto da criança", disse Moraes. "A proteção à maternidade e a integral proteção à criança são direitos irrenunciáveis e não podem ser afastados pelo desconhecimento, impossibilidade ou, às vezes, a própria negligência da gestante ou lactante em juntar um atestado médico, sob pena de prejudicá-la e prejudicar o recém-nascido."

Com a reforma, as gestantes e lactantes continuavam trabalhando em atividades insalubres e ainda previa que o afastamento só poderia ocorrer após a apresentação de atestado médico.

Acompanharam o voto do relator, os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Celso de Mello e o presidente, Dias Toffoli. O único que votou contra o direito das mulheres e lactantes foi o ministro Marco Aurélio.

A decisão do STF foi resultado de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Metalúrgicos.

Segundo a CNTM, a exigência de apresentar atestado médico violou dispositivos constitucionais sobre a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a proteção à maternidade, à gestante e ao recém-nascido.

Para a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que também opinou pela concessão da liminar, a exigência de atestado médico para o afastamento da gestante, conforme previsto na reforma trabalhista, transformava "em regra a exposição ao risco".

Ministro da Saúde defende que SUS não seja gratuito

Em entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, na segunda-feira (27 de maio), o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, colocou em xeque o atendimento gratuito do SUS (Sistema Único de Saúde).

"É justo ou equânime uma pessoa que recebe 100 salários mínimos ter o atendimento 100% gratuito no SUS? Quem vai ter 100% de atendimento gratuito no SUS? Eu acho que essa discussão é extremamente importante para esse Congresso. Eu vou provocá-la, vou mandar a mensagem, sim, para a gente discutir equidade e nesse ponto a gente vai pôr o dedo".

A declaração do ministro chega às raias do cinismo. Como se, só porque a universalidade é uma das diretrizes do SUS, alguém que ganhe 100 salários mínimos no Brasil utilize ou vá utilizar o serviço público de saúde na sua atual realidade.

O que ele pretende com essa conversa de "equidade" é acabar com o princípio de gratuidade contido no SUS. Primeiro cobra dos ricos, depois de quem ganha até tantos salários, até chegar ao ponto em que o pobre



Foto: Jose Cruz/Agência Brasil

vai ter que provar que é pobre para ter direito à assistência médica básica, a uma consulta, um exame, uma cirurgia.

Segundo o médico e mestre em Saúde Pública, Thiago Henrique Silva, "desde a Constituição de 1988, nenhum ministro ou souso questionar a gratuidade do sistema".

Na verdade, a fala e as intenções do ministro seguem a cartilha do governo Bolsonaro e seu ministro da Economia Paulo Guedes, de acabar com qualquer direito da população, principalmente dos mais pobres, precarizando os serviços públicos, acabando com a aposentadoria, cortando verbas da educação, defendendo cobranças de mensalidades em universidades públicas e acabando com direitos trabalhistas, entre outras atrocidades contra o povo.



Audiência debateu consequências da reforma da Previdência para mulheres



Reunião no Sindicato dos Metroviários de SP com centrais e sindicatos

Em plenária, setor do transporte aprova adesão à Greve Geral no dia 14 de junho

Sindicatos e federações do setor do transporte se reuniram com dirigentes das centrais sindicais no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, e aprovaram a mobilização da categoria para a Greve Geral dos trabalhadores convocada para o dia 14 de junho.

"A reunião do setor de transportes ocorrida no Sindicato dos Metroviários nesta segunda-feira foi mais um passo importante rumo à Greve Geral para derrotar a reforma da Previdência e apontou diversas iniciativas preparatórias para fazermos um grande dia de luta", destacou o dos coordenador geral do Sindicato dos Metroviários, Raimundo Cordeiro.

"O governo gasta muito dinheiro com várias fake news de que a reforma seria a saída para a grave crise, assim como diziam que a reforma trabalhista geraria mais empregos e o que aconteceu foi justamente o contrário", completou.

Metroviários, rodoviários, ferroviários e outros setores, aprovaram a paralisação contra a reforma da Previdência. As entidades também denunciaram o alto desemprego e os cortes do governo na Educação.

Entre as propostas aprovadas na reunião está a convocação de uma nova Plenária nacional, no próximo dia 5 de junho, em Brasília, intensificar a coleta de abaixo-assinados contra a reforma da Previdência, e a distribuição de cartas à população nas estações de metrô e trem convocando a população a participar da Greve Geral.

Para o presidente da CTB, Adilson Araújo, a Greve Geral será a resposta "contra essa reforma que extermina a aposentadoria". Ele afirma: "A classe trabalhadora reclama também respostas para combater o desemprego avassalador", disse.

"Foi uma excelente reunião com 40 entidades desde Confederações, federações e sindicatos, além dos presidentes ou representantes das centrais. A cobrar vai fumar dia 14 de junho. Vamos parar tudo no país", avaliou o presidente da CGTB, Ubiraci Dantas.

"Para nós, da CSP-Conlutas, foi muito bom ver a unificação das pautas se realizando. O que se avizinha é a hipótese de uma grande Greve Geral contra a reforma da Previdência, contra os cortes na Educa-

ção e em defesa do emprego. Há muito ainda a fazermos até lá, mas esta plenária fortalece muito nossa luta contra Bolsonaro", frisou o dirigente da CSP-Conlutas Atnagoras Lopes.

Além do próprio Sindicato dos Metroviários SP, estavam na reunião os rodoviários (SP, Guarulhos, Santos, Sorocaba e ABC), ferroviários Central do Brasil-SP, trabalhadores em transporte de aplicativos de SP, Sindicato dos Metalúrgicos (SP), Sindicato dos Trabalhadores da Fiscalização dos Transportes (SP), Sindicato de Trabalhadores em Transporte de Carga (SP), Federação dos Trabalhadores dos Transportes (SP), Federação Nacional dos Metroviários, Confederação Nacional dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre e Logística, assim como as Centrais Sindicais, Força Sindical, CTB, CGTB, CUT, Intersindical, NCST e CSP-Conlutas, entre outras entidades.

Os trabalhadores do transporte também aprovaram total apoio às manifestações contra os cortes na Educação marcadas para o próximo dia 30 de maio.

Miguel Torres: "reforma da Previdência só aumentará o privilégio dos bancos"

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, falou em nota divulgada na segunda-feira (27 de maio), sobre a importância das mobilizações rumo à greve geral do dia 14 de junho contra a reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes.

"Se a reforma for aprovada, será muito difícil ter acesso à aposentadoria, haverá o aumento do tempo de contribuição e de trabalho e o valor dos benefícios diminuirá", disse Miguel.

"A greve geral de 14 de junho será um protesto contra a reforma da Previdência do governo e contará em todo o País com uma maciça participação dos trabalhadores das mais variadas categorias, organizados pelo movimento sindical unificado liderado pelas centrais, confederações, federações e sindicatos.", afirma Miguel.

O dirigente, também pre-

sidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ressalta ainda que o movimento para a construção da greve contará com o apoio dos setores educacionais que lutam para barrar os cortes da educação do governo Bolsonaro, assim como o movimento sindical têm apoiado e se somado as mobilizações do setor "pois o que está em risco com esta nefasta reforma é a sobrevivência do sistema constitucional da Seguridade Social, pública e solidária, e o direito de a população brasileira se aposentar com dignidade e segurança.", complementa.

Miguel denuncia que a reforma da Previdência não tem por objetivo acabar com os ditos privilégios, como propagam seus defensores. "Os privilégios continuarão. Os planos previdenciários dos bancos serão beneficiados e a pobreza no País poderá aumentar acentuadamente,

como já ocorreu em outros países que adotaram reformas semelhantes.", diz o presidente da Força Sindical.

O movimento sindical tem organizado nacionalmente um abaixo assinado contra a reforma da Previdência nas ruas e nas fábricas, para demonstrar ao legislativo o repúdio do povo à proposta do governo.

"Os senadores e deputados federais precisam definitivamente ter estas questões em mente e, como reforço, temos um abaixo-assinado em andamento nas fábricas, nos bairros e locais de grande circulação para que a população assinasse e demonstre repúdio à reforma. Vamos enviar as milhões de assinaturas ao Congresso Nacional para que os parlamentares não deem as costas para o povo brasileiro e não aprovem o fim da aposentadoria.", completou Miguel Torres.

A professora e economista da UFRJ, Denise Lobato Gentil, participou de audiência pública na Câmara Federal

A professora e economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Lobato Gentil, falou em audiência pública, nessa terça-feira (28), sobre os danos que a reforma da Previdência causará, em especial às mulheres. A audiência foi convocada pela Comissão Especial da Reforma da Previdência que discutiu os impactos da PEC 06/2019 sobre as mulheres trabalhadoras.

De acordo com Gentil, a situação atual de desemprego no país, que prejudica homens e mulheres, tem um efeito ainda mais devastador sobre a população feminina do país. Segundo a economista, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) do 1º semestre de 2019 demonstra que, enquanto a taxa de desemprego entre os homens chega aos alarmantes 11%, entre as mulheres essa taxa chega a 15%, índice acima da média de 12,9% de desempregados. As mulheres também são maioria dentre as pessoas que ficam mais tempo fora do mercado de trabalho.

Com a incidência maior do desemprego sobre as mulheres, será praticamente impossível obter a aposentadoria integral, com a exigência da idade mínima de 62 anos mais os 40 anos de contribuição, como quer o governo. Para Denise, obter até mesmo o tempo mínimo, de 20 anos, já será bastante difícil.

Para demonstrar os efeitos profundamente nocivos às mulheres brasileiras, a professora recorreu a uma simulação feita com dados do Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social) com informações de todas as concessões de aposentadoria do período de 1995 a 2016.

"As mulheres que nas regras atuais conseguem aposentadoria por idade, ao alcançarem 62 anos, terão que trabalhar em média mais 5 anos para cumprir o tempo de contribuição de 20 anos. Isso assumindo que essas mulheres, aos 62 anos, contribuirão ininterruptamente nesses próximos 5 anos, o que é uma miragem, porque uma mulher com 62 não conseguirá esse patamar de trabalho. Assim, ela vai se aposentar aos 67 anos e só terá direito a 63,7% do valor médio do salário.", argumenta.

"Agora, se ela não conseguir contribuir todos os meses desses próximos 5 anos, o caso mais comum, e, se ela contribuir pela média, que é, pelos dados do INSS, 4,7 parcelas de contribuição ao ano, essa mulher precisaria de 12 anos adicionais [...] o que significa que ela vai se aposentar aos 74 anos de idade."

Segundo Gentil, as mulheres trabalham por um tempo menor nas atividades formais. Apesar de estarem aptas e desejosas de trabalhar, não encontram trabalho em tempo que elas desejam. Elas são obrigadas a trabalhar menos. "Essas mulheres não conseguirão contribuir regularmente até acessar os 20 anos [mínimos] de contribuição.", afirma.

"Dos 13 milhões de desempregados, 6,9 milhões ou 53% são mulheres. Dentre os 3,3 milhões de desempregados há mais de 2 anos, 2 milhões ou 63% são mulheres. As mulheres acabam voltando para casa, acabam numa situação de desalento. E voltam para casa porque tentam arranjar emprego, mas são as primeiras a serem excluídas do mercado de trabalho", disse Gentil.

No atual contexto, "são exatamente as mulheres com maior escolaridade que possuem o maior índice de desemprego. Ou seja, não serão só as mulheres mais pobres que sofrerão com essa PEC. As mulheres de classe média com maior instrução também sofrerão com a reforma. [...] Mais de 60% das mulhe-

res desempregadas possuem instrução acima do nível médio.", complementou.

INFORMALIDADE

Denise cita que, no caso das empregadas domésticas, por exemplo, na faixa etária dos 16 a 64 anos, "são 5,4 milhões de mulheres. Dessa, 3,8 milhões, ou 70% não têm carteira assinada. Do total das mulheres ocupadas, 13,5% são trabalhadoras domésticas".

"O trabalho doméstico é o retrato das baixíssimas chances de se aposentar. Essas mulheres serão profundamente atingidas. Elas não alcançarão a Previdência.", disse a professora da UFRJ.

MITOS

A economista ressaltou que o governo propaga mitos para conseguir obter apoio da população. "Há no debate muitos mitos e o primeiro mito é o de que temos um rombo fiscal na Previdência, de R\$ 227 bilhões atualmente, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), e assim deveríamos fazer o ajuste fiscal".

A economista apontou que de 2005 a 2015, houve superávit na Seguridade Social, que "para valores de 2016, chegou a R\$ 957 bilhões".

No entanto, a partir de 2016, com a profunda crise que assolou o país, a Previdência sofreu um impacto nas arrecadações devido à queda do emprego formal e o aumento da informalidade. Em vez de uma política de recuperação de emprego, a saída do governo foi tirar ainda mais os direitos e benefícios dos trabalhadores. E esse o objetivo quando tenta impor uma idade mínima e o aumento do tempo de contribuição, para dificultar cada vez mais o acesso à aposentadoria.

"Quando a Previdência começa a ter receita menor do que o gasto, a partir de 2016, nós recebemos a mais dura e cruel reforma da Previdência que já foi proposta. De fato um desacato aos brasileiros por que transformou os idosos num empecilho ao progresso, num entrave ao desenvolvimento econômico. Transformou em seres abrasivos que precisam ser descartados. E assim que se sentem 30 milhões de pessoas no país que recebem benefício da Previdência. Como seres fardos da sociedade, quando na verdade sempre contribuíram para um sistema que gerou superávits gigantescos durante 15 anos, seja diretamente, seja indiretamente."

EMPRESAS DEVEDORAS

Gentil lembra ainda que o governo não diz que diversas empresas devem para Previdência Social mais de R\$ 427 bilhões, sem contar com as empresas que já fecharam, e que estão brigando para não pagar. Desse modo, "se o governo cobrasse de maneira efetiva essa dívida, nós não estaríamos falando nesses déficits enormes que se dizem existir."

DESONERAÇÕES E DRU

"Outra coisa, desonerações fiscais: R\$ 283,4 bilhões em 2018. Se esse sistema é deficitário, por que o Estado permanece desonerando? Isso é uma contradição, um delírio fiscal!", exclama a professora. "O Estado precisa se decidir, ou esse sistema é superavitário e pode renunciar a R\$283,4 bilhões de receita, ou esse sistema é deficitário.", completou.

"As sonogações chegam a R\$500 bilhões de reais por ano. As Desvinculações de Receita da União (DRU) são R\$ 100 bilhões por ano. Esse sistema é deficitário só no papel, porque não lhe faltam receitas para entrar em planilha. Números que são obscurecidos do saber popular que precisam ser desnuados.", disse a professora da UFRJ.



Divulgação

Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

EUA: atirador mata 12 e fere 6 em Virginia Beach

Um “funcionário descontente”, segundo caracterização das autoridades locais, ingressou em um Centro Municipal de Virginia Beach, cidade da Costa Leste dos Estados Unidos, e atirou contra os trabalhadores presentes em vários andares do edifício, na sexta-feira, 31.

DeWayne Craddock foi identificado como o autor dos disparos. Ele matou 12 pessoas e deixou pelo menos 6 feridos, antes de ser morto pela polícia. Tinha sido funcionário municipal durante 15 anos na cidade de 450 mil habitantes a quase 300 km de Washington.

O comandante das forças de segurança de Virginia Beach, James Cervera, negou-se a afirmar se Craddock, que trabalhava no mesmo edifício onde ocorreu o tiroteio, havia recebido alguma punição recentemente ou se o arquivo profissional registrava problemas no ambiente de trabalho. Porém, o Wall Street Journal noticiou que ele havia sido demitido recentemente.

A polícia disse que foram encontradas várias armas na cena do crime e na casa de Craddock, que era engenheiro de obras públicas. “Em seu arsenal, estavam uma pistola semi-automática .45 com um silenciador e vários cartuchos de munição”, disse Cervera. Craddock “atirou indiscriminadamente depois de entrar no prédio”, completou.

Onze das doze pessoas que foram mortas eram funcionários públicos municipais, de acordo com as autoridades, e a outra vítima era um empregado que pedia um alvará na prefeitura na hora do tiroteio.

De acordo com grupo Gun Violence Archive, que monitora ataques com armas, este novo massacre, mais um de uma exorbitante série de morticínios, sintoma de um descalabro social, vivido nos Estados Unidos, o ataque em Virginia Beach foi o 150º tiroteio em massa em 2019 nos eventos desse país em que quatro ou mais pessoas são feridas ou assassinadas a tiros. O número equivale a quase um tiroteio em massa por dia.

Leia matéria na íntegra no link: horadopovo.org.br

Obrador adverte Trump: “não se resolve problema migratório pela coerção”

O presidente Trump, anunciou, dia 30, na sua conta no Twitter, que a partir de 10 de junho pretende impor uma tarifa de 5% sobre todos os produtos que venham do México “até o momento em que os imigrantes ilegais parem de atravessar para nosso país”.

E a seguir, afirmou em declaração que “se a crise persistir”, as tarifas se elevarão a 10% em primeiro de julho, e depois se aplicará 5% adicionais a cada mês por três meses. Indico que, então, as taxas se manterão permanentemente a um nível de 25% “a menos e até que o México freie substancialmente o fluxo ilegal de estrangeiros entrando por seu território”.

O presidente Andrés Manuel López Obrador (AMLO) respondeu logo depois assinalando que os seres humanos não abandonam seus povos por gosto, e sim por necessidade, e os problemas sociais “não se resolve com impostos ou medidas coercitivas. Como transformar da noite para o dia o país da fraternidade para com os migrantes do mundo em um gueto, em um espaço fechado onde se estigmatiza, se maltrata, se persegue, se expulsa e se cancela o direito à justiça aos que buscam com esforço e trabalho viver livres da miséria”.

E frisou: “Proponho-lhe aprofundarmos o diálogo, buscar alternativas de fundo ao problema migratório e, por favor, lembre-se que não me falta valor, que não sou covarde nem medroso mas atuo por princípios: acredito na política que, entre outras coisas, foi inventada para evitar a confrontação e a guerra”.

Segue a carta aberta de Obrador:

“Presidente Donald Trump:

Tenho conhecimento de sua última postura em relação ao México. De antemão, lhe explico que não quero a confrontação. Os povos e as nações que representamos merecem que, ante qualquer conflito em nossas relações, por graves que sejam, se recorra ao diálogo e atemos com prudência e responsabilidade.

O melhor presidente do México, Benito Juárez, manteve excelentes relações com o prócer republicano Abraham Lincoln. Posteriormente, quando da expropriação petrolífera, o presidente democrata Franklin D. Roosevelt entendeu as profundas razões que levaram o presidente patriota Lázaro Cárdenas a atuar em favor de nossa soberania. Certamente,

o presidente Roosevelt foi um titã das liberdades. Antes de qualquer um, proclamou os quatro direitos fundamentais do homem: o direito à liberdade de palavra; o direito à liberdade de cultos; o direito a viver livre de temores; e o direito a viver livre de misérias.

Neste pensamento fincamos nossa política sobre o assunto migratório. Os seres humanos não abandonam seus povos por gosto, mas por necessidade. E por isso que, desde o princípio de meu governo, lhe propus optar pela cooperação para o desenvolvimento e ajudar os países centro-americanos com investimentos produtivos para criar empregos e resolver a fundo este penoso assunto.

Você também sabe que nós estamos cumprindo com a nossa responsabilidade de evitar, na medida do possível e sem violentar os direitos humanos, a passagem por nosso país. Não é demais lembrar-lhe que, em pouco tempo, os mexicanos não terão necessidade de acudir aos Estados Unidos e que a migração será opcional, não forçada. Isto, porque estamos combatendo a corrupção - o principal problema de México - como nunca! E, desta maneira, nosso país se converterá em uma potência com dimensão social. Nossos compatriotas poderão trabalhar e ser felizes onde nasceram, onde estão seus familiares, seus costumes e suas culturas. Presidente Trump: os problemas sociais não se resolvem com impostos ou medidas coercitivas. Como transformar da noite para o dia o país da fraternidade para com os migrantes do mundo em um gueto, em um espaço fechado onde se estigmatiza, se maltrata, se persegue, se expulsa e se cancela o direito à justiça aos que buscam com esforço e trabalho viver livres da miséria? A Estátua da Liberdade não é um símbolo vazio.

Com todo respeito, embora tenha o direito soberano de expressá-lo, o lema “Estados Unidos primeiro” é uma falácia porque até o fim dos tempos, inclusive, acima das fronteiras nacionais, prevalecerá a justiça e a fraternidade universais.

De maneira específica, cidadão Presidente: proponho-lhe aprofundar o diálogo, buscar alternativas de fundo ao problema migratório e, por favor, lembre-se de que não me falta valor, que não sou covarde nem medroso, mas atuo por princípios.”

A íntegra da carta está no link: horadopovo.org.br

Chilenos exigem o fim da previdência privatizada e do “assalto às pensões”



Frete às aposentadorias de miséria - 80% abaixo do salário mínimo, cresce o repúdio à capitalização da Previdência: “Não às Administradoras de Fundos de Pensões - AFP”

Apoio de Trump ao apartheid israelense tem repúdio mundial

Multidões tomaram as ruas em diversos países, nos dias 31 maio e 1º de julho para repudiar o reforço ao regime de apartheid israelense, com a Casa Branca chamando seu plano de despojar o povo palestino de seu direito nacional de “Acordo do Século”.

DIA DE JERUSALÉM

As manifestações aconteceram em mais de 40 países, em alguns deles em diversas de suas cidades, na data denominada de Dia Internacional de Jerusalém (Dia Internacional Al Quds, como se denomina Jerusalém na língua árabe).

Os maiores atos foram os realizados no Irã, com caminhadas gigantes em Teerã, Karaj, Arak, Hamedan, Mashhad, Qom, Shiraz, Qazvin, Kerman, Sari, Yasuj, entre outras. Houve manifestações em Nova Delhi e mais 18 cidades da Índia; na capital da Malásia, Kuala Lumpur; em Damasco, em Beirute, na capital iemenita, Sana'a e ainda no Iraque; em 12 cidades norte-americanas, destacando-se o realizado na praça Times Square, Nova Iorque; houve caminhadas na Nigéria, no Quênia, na cidade do Cabo, África do Sul e demonstrações em mais 9 países africanos. Atos também ocorreram nas cidades australianas de Melbourne e Sidney e nas cidades paquistanesas de Islamabad e Peshawar; no Brasil, o dia foi marcado por uma caminhada na Av. Paulista e um encontro com centenas de pessoas na Mesquita do Brás. Na Europa, o dia teve atos realizados em 18 países, sendo os maiores em Berlim (no sábado) e em Londres (domingo).

Em Jerusalém, a mesquita Al Aqsa foi cercada por uma multidão de fiéis em oração pela libertação da Palestina.

O Dia de Jerusalém coincide com o último dia do mês sagrado do Ramadã, que hoje também é a data em que os muçulmanos libaneses passaram a comemorar a libertação de sua região sul ocupada por Israel de 1982 até o ano 2000 e que este ano caiu no dia 31 de maio.

REPÚDIO À OCUPAÇÃO

O Dia de Jerusalém foi uma iniciativa do líder da Revolução Iraniana, Ruhollah Khomeini, cujas primeiras manifestações aconteceram em 1979, condenando a ocupação da Palestina e, em especial de Jerusalém por parte do regime israelense. A data foi adotada por organizações solidárias aos palestinos em diversos países, com manifestações ano a ano.

“ACORDO DO SÉCULO”

Este ano, o tema que mais mobilizou foi o rechaço ao que Trump e seu genro, Jared Kushner, chamaram de “Acordo do Século”, cuja proposta aos palestinos é a capitulação diante da ocupação israelense, mundialmente repudiada.

Ainda não abertamente esclarecido, este “plano” anunciado há dois anos, consiste em linhas gerais (segundo informações divulgadas recentemente pela agência de notícias Reuters), na entrega aos palestinos de parte do inóspito deserto egípcio do Sinai, que faz fronteira com a Faixa de Gaza, em troca da manutenção dos



Atos se realizaram em 40 países. Na foto, Berlim

assentamentos judaicos ilegais construídos sobre terras férteis assaltadas aos palestinos e que seriam anexados a Israel e que hoje - segundo estudo da jornalista palestina Zena Tahhan, publicado no portal Al Jazeera - ocupam 42% da Cisjordânia, reivindicada como território principal para a construção do Estado Palestino, pela Autoridade Nacional Palestina e pela Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Além disso, no bantustão proposto por Trump/Kushner, os palestinos não controlariam as fronteiras e sim Israel. Estas indecentes “propostas” estão sendo expostas às submissas monarquias do Golfo Persa logo após a Casa Branca haver transferido isoladamente a embaixada dos Estados Unidos em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém, reconhecendo a anexação da Jerusalém Oriental, árabe e fechado a representação da OLP em Washington.

Participando da manifestação em Teerã, o presidente iraniano, Hassan Rouhani, declarou que o “Acordo do Século, tentativa de Trump de aplastar o Estado Palestino, fracassará porque os palestinos não abandonarão suas terras”.

“O povo em nossa região, assim como os de todo o mundo estão sendo atacados por Trump e a política norte-americana, com a qual tentam dominar a vontade dos povos. Hoje há ampla rejeição à decisão de Trump de anexar Jerusalém e a considerar capital de Israel”, afirmou no ato de Bagdá, Moin al-Kazemi, líder do movimento Badr.

De Beirute, em pronunciamento para exaltar a data, o líder do partido Hezbollah, Hassan Nasrallah, enfatizou que “o principal desafio hoje, frente a Palestina e a Al Quds (Jerusalém) é o ‘Acordo do Século’, o acordo de Trump, que deveria se chamar de ‘Crime do Século’. É nosso dever confrontá-lo. Temos a profunda esperança de que nós, o povo desta região, pode barrar este crime, vencendo a aliança dos EUA com os que lhes servem de instrumentos na região”.

Em Damasco uma faixa proclamava “Não ao acordo do Século - Nosso povo palestino e os homens livres da nação árabe vão derrotar o ‘Acordo do Século’”.

No comunicado expedido pela organização IACenter conclamando para a concentração em Times Square os organizadores declaram: “O Dia Internacional Al Quds é um dia de solidariedade com a população civil palestina, oprimida e inocente em sua luta contra o regime opressivo racista de apartheid-sionista em Israel”.

NA AV. PAULISTA

“O povo brasileiro apoia a paz e uma Palestina Livre”, afirmava uma das faixas e cartazes portados pelos integrantes da caminhada que percorreu

um trecho da Avenida Paulista no início da noite do dia 31 de maio, integrando as marchas mundiais pelo Dia Internacional Al Quds (Dia Internacional de Jerusalém).

O coordenador de Relações Internacionais do MST, Marcelo Buzetto, compareceu junto com integrantes do movimento e esteve entre os que encabeçaram a caminhada, ao lado do sheik Rodrigo Jalloul e do representante da Frente Popular de Libertação da Palestina, Jadallah Safa.

Jalloul condenou a inaceitável proposta de Trump, denominada pela Casa Branca de “Acordo do Século”, “é o mesmo Trump que reconheceu e premiou a ocupação de Jerusalém. Dele o que se pode esperar é agressão, ameaças. O que ele chama de ‘Acordo do Século’, não passa de uma farsa para prolongar o sofrimento do povo palestino”.

Amin, membro do Partido Comunista do Marrocos, em visita a São Paulo, considerou que a “libertação da Palestina integra toda a luta dos povos árabes pelo fim das tiranias submissas ao imperialismo. O exemplo de luta pela pátria demonstrado todos os dias pelos palestinos dignifica e chama os povos árabes à luta por sociedades mais justas e livres”.

O sheik Hussein Khaliloo, também compareceu ao ato e denunciou os ataques israelenses ao povo palestino, com apoio da Casa Branca, assim como as sanções e ameaças ao povo iraniano.

O professor, que empunhava um cartaz exigindo “Palestina Livre” afirmou ainda que “Israel faz um massacre, um genocídio que o Brasil não pode apoiar. Devemos ser solidários com um povo tão sofrido, é um ato de humanidade”.

A caminhada na Paulista foi seguida de um ato alusivo à data na Mesquita do Brás, onde mais de quinhentos presentes ouviram a mensagem do sheik Badri Muawiyah.

Entre os presentes, o presidente da Federação Árabe Palestina do Brasil, Ualid Rabah; o presidente do Instituto Brasil Palestina, Ibraspal, Ahmed Chehada; o cônsul do Líbano, Rudi Azzy e o cônsul geral da Síria em São Paulo, Sami Salameh.

Entre as lideranças presentes, José Reinaldo e Lejeune Mirhan, do PC do B; a psicanalista Claude Hajjar, o engenheiro Carlos Tabcherani, o diretor do Esporte Clube Sírio, Fuad Achcar; o diretor do Clube Homs, Mauro Korban e o líder comunitário, Said Bazzi. Apresentou o ato o jornalista libanês Ali Farhat.

Reportagem de CHADIA KOBEISSI e NATHANIEL BRAIA

Ato diante do Congresso reuniu movimento Não + AFP (Não mais Administradoras de Fundos de Pensões) a organizações sociais, sindicais e estudantis

Enfrentando as baixas temperaturas e a chuva, os chilenos voltaram às ruas nas principais cidades, nesta quinta-feira, para entoar: “Basta, nos cansamos!” e condenar a política neoliberal do presidente Sebastián Piñera, em especial o assalto à Previdência pelas Administradoras de Fundos de Pensões (AFP). Na capital, Santiago, no final da tarde, a polícia respondeu com truculência e gás lacrimogêneo, na tentativa de dispersar os manifestantes.

Além da capitalização que força os aposentados a uma “poupança forçada”, os valores pagos são 80% inferiores ao salário mínimo, 44% abaixo da linha da pobreza, com os homens recebendo cerca de 30% do último salário e as mulheres tão somente 25%. O “modelo” de privatização apontado como referência pelo ministro Paulo Guedes vem forçando cada vez mais idosos a, literalmente, morrer de tanto trabalhar. A situação é tão grave que meios de comunicação financiados pelas próprias AFP têm sido obrigados a noticiarem casos.

Se somando ao movimento Não + AFP, organizações sociais, sindicais e estudantis se anteciparam à prestação de contas públicas para o Congresso Nacional, que Piñera realizará aos parlamentares neste sábado, há pouco mais de um ano na Presidência. Neste segundo mandato, seu ponto mais baixo de popularidade.

A manutenção piorada do projeto de “reforma” do sistema de aposentadoria do ditador Augusto Pinochet (1973-1990) aumenta ainda mais a tensão, pois quer passar a cobrar a contribuição previdenciária também dos empregadores - atualmente é paga apenas pelo trabalhador - mas mantendo intacta completamente a criminosa estrutura privatizada, garantindo lucros exorbitantes às Administradoras de Fundos de Pensão. Vale destacar, recordou Luis Mesina, porta-voz da Coordenadora No + AFP, que somente nos três primeiros meses deste ano, as AFP lucraram US\$ 196 milhões,

um aumento de 100,1% (cem vírgula um por cento!) em relação ao mesmo período de 2018, com ganhos diários de US\$ 2,17 milhões. “As três principais AFP são norte-americanas. Qual é a dona da maior companhia seguradora do Chile? A MetLife, a maior companhia seguradora do planeta. Tomam nossa economia, levam para os Estados Unidos, compram ações da Bolsa e tratam de buscar rentabilidade, que está cada vez mais baixa”, denunciou. O fato, ressaltou, “é que os grandes grupos econômicos - fundamentalmente estrangeiros - usam nossa poupança, nossa humanidade e nossas vidas para financiarem seus projetos espúrios”.

O presidente do Colégio de Professores do Chile, Mario Aguilar, destacou que a categoria se sente parte das demandas dos aposentados, pois “é inaceitável que as AFP joguem os idosos na miséria, sem condições mínimas de vida”.

Para a dirigente da plataforma Chile Melhor sem Tratado de Livre Comércio (TLC), Lucía Sepúlveda, as manifestações ganham ainda mais relevância em um momento em que se debate no Senado “o abusivo Tratado Integral e ‘Progressista’ Transpacífico (TPPI1)”. Segundo Sepúlveda, “este TLC vai impactar de forma extremamente negativa a muitas gerações de chilenos, violando seu direito à saúde, a uma alimentação saudável e a própria soberania do país”.

A secretária-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Bárbara Figueroa, apresentou na sede do Ministério do Trabalho uma carta exigindo o cumprimento dos compromissos no marco das negociações coletivas realizadas entre empresas e sindicatos. Figueroa reiterou o respaldo da entidade aos trabalhadores de várias categorias em greve e alertou a quem tenta criminalizar os protestos, uma vez que as paralisações se multiplicam quando não há outra alternativa diante da falta de respostas às suas demandas.

LEONARDO SEVERO

Paraguaios declaram: “promotor que chancelou massacre é persona non grata no distrito de Curuguaty”

Movimentos sociais e populares do Paraguai se somaram à organização de familiares das vítimas de Marina Kue, Curuguaty, para repudiar a nomeação de Jalil Rachid à Promotoria da mesma região onde ocorreu o massacre que, devidamente manipulado para as manchetes dos jornais e emissoras de rádio e televisão, pôs fim ao governo de Fernando Lugo. Entre os inúmeros atos de protesto, manifestantes fecharam na última sexta-feira a rodovia 10, próximo ao assentamento de trabalhadores rurais, alertando que não vão admitir em hipótese alguma a indicação.

Em Marina Kue, no dia 15 de junho de 2012, morreram 17 pessoas - 11 camponeses e seis policiais - resultado de um “confronto” provocado por franco-atiradores treinados pela CIA e pelo exército dos Estados Unidos. Peça-chave na falsificação de provas contra o sem-terra, elemento central na chantagem de testemunhas, Jalil Rachid agiu como promotor-geral do caso Curuguaty - e posteriormente como vice-ministro da Segurança do governo do presidente Horacio Cartes - para que as lideranças dos camponeses fossem incriminadas sem provas e condenadas a até 35 anos de prisão por “homicídio doloso”, “associação criminosa” e “invasão de imóvel alheio”, delitos que não cometeram.

A partir de uma ampla mobilização nacional e internacional que denunciou como tudo não passou de armação para o golpe jurídico-midiático-parlamentar, três juízes retomaram o caso, o qual apontaram estar eivado de “vícios”. Passados seis anos, retificaram o erro cometido pelo Tribunal de Justiça, garantindo em setembro de 2018 a libertação de Néstor Castro, Rubén Villalba, Luis Olmedo e Arnaldo Quintana, e reconhecendo a injustiça cometida com os outros sete que já haviam cumprido

pena. A manipulação foi tão grosseira que várias personalidades e governos estrangeiros se pronunciaram para que a presidência do Paraguai se afastasse do caso e possibilitasse uma nova investigação “objetiva, imparcial e independente”. Até mesmo o Alto Comissariado das Nações Unidas se pronunciou contra o flagrante atropelo.

“Não se pôde ver quem disparou, houve falta de evidências, somada a numerosas irregularidades, como alterações da cena do crime. A investigação foi muito incipiente, foram cometidos muitos erros”, informou o juiz Emiliano Rolón, ao outorgar liberdade aos camponeses. Na verdade, explicou o juiz Arnaldo Martínez Prieto, foi fundamental refazer uma decisão injusta tomada por um setor do judiciário que agiu atrelado ao executivo e aos latifundiários. “Eram magistrados que apenas expressavam o seu preconceito, demonstrando que não aceitavam que gente despossuída ganhasse uma disputa de terras, porque isso ficava como um mau exemplo”, assinalou Prieto.

Comprometido até a medula com a corrupção e o golpismo, o responsável pela nomeação de Jalil Rachid como vice-ministro, o ex-procurador-geral do Estado, Javier Díaz Vérón, foi processado e encontra-se em prisão domiciliar, acusado de enriquecimento ilícito.

“Não está certo envolver Rachid com decisões da Justiça. Ele tem antecedentes muito ruins, ainda mais neste caso, para ficar à frente do Ministério Público de Curuguaty”, declarou Néstor Castro, presente ao ato na rodovia. Castro destacou que a mobilização também expressou apoio aos juizes Rolón, Prieto e Cristóbal Sanchez, denunciados ante o Jurado de Acusação de Magistrados (JEM) por libertar os camponeses.

Leia matéria integral no link: horadopovo.org.br

EUA: especulação imobiliária aumenta número de sem-teto nas ruas de São Francisco

Números oficiais recém-divulgados pela Prefeitura de São Francisco, nos Estados Unidos, apontam a existência de 8.011 sem-teto na cidade de 800 mil pessoas, um crescimento de 17% nos últimos dois anos e agora atinge um em cada cem habitantes.

Embora o número seja muito inferior ao de Los Angeles, com 50 mil pessoas desabrigadas, ou Nova Iorque, com 75 mil – conforme dados de 2017 do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA – proporcionalmente São Francisco é quem registra as maiores altas e onde a situação tem se agravado, como registra Pablo Ximenes de Sandoval em reportagem publicada pelo El País.

Diante do caos, que já deixou milhares de vítimas colaterais, a Prefeitura anunciou que vai construir lugares de serviços integrais para os sem-teto, os chamados Navigation Centers, enquanto o governo do estado da Califórnia prometeu uma injeção de recursos contra a pobreza aguda.

O grande nó da questão em São Francisco é a forte oposição dos moradores da cidade onde o custo médio de uma casa é de US\$ 1,6 milhão (R\$ 6,4 milhões de reais), “e ninguém quer que a sua própria seja desvalorizada”. “Pelas ruas, veem-se os novos banheiros portáteis instalados pela Prefeitura, pois a situação nas calçadas é também um problema sanitário. É normal observar seringas, fezes e preservativos a poucos passos das ruas mais turísticas da cidade”, descreve o artigo. De acordo com a encarregada da comunicação do São Francisco Tourist Board, o lobby turístico da cidade, esta situação de miséria extrema, bastante visível na península, é a “principal preocupação expressa pelas pessoas que visitam São Francisco”.

O diagnóstico da reportagem é claro: “a miséria é vista em toda esquina, incluindo nas zonas mais turísticas”. “São duas a tarde de um dia de maio e, na esquina das ruas Mission e 16, dois jovens enchem uma seringa agachados contra uma parede. Não se escondem, estão na calçada, e ao lado deles a vida continua normal – passam estudantes e até bebês em carrinhos. Do outro lado do quarteirão há uma escola primária e, a poucos passos dali, bares e restaurantes que estão na moda. A cerca de 20 minutos a pé ficam a sede do Uber e a Prefeitura, na rua Market, a artéria de São Francisco por onde passam ao redor de 25 milhões de turistas por ano”.

Um dos muitos sem-teto ouvidos foi Orlando Webb, “um homem que leva todos os seus pertences num cesto de lixo, improvisa um sanduíche e encolhe os ombros quando lhe perguntam por seus vizinhos de calçada”. Com 56 anos, Webb perdeu sua mãe, único familiar que lhe restava, e o emprego de supervisor na empresa ferroviária. Após ter gasto US\$ 9.000 (R\$ 36.000) em hotéis modestos, foi parar na rua, onde já perdeu vários dentes. Diz que nenhuma escola vai tirá-lo das calçadas. “Não se trata de dinheiro. Basta ter uma oportunidade”, diz Webb.

Para Ruth Núñez, diretora de serviços prestados aos sem-teto pelo Centro de Saúde do Bairro da Missão e Vizinhança (Mission Neighborhood Health Center), instituição onde os sem-teto podem descansar e lavar a roupa de dia, e que ajuda a providenciar lugares onde possam comer e dormir, o perfil de grande parte dos que procuram ajuda não é de marginalizados ou com problemas mentais, que também existem, mas “pessoas que viveram aqui a vida toda e passaram por algo em determinado momento”, terminando na rua.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Tribunal dos EUA quer 20 anos de cadeia para quem ajudar imigrante com água e comida

Um tribunal federal dos Estados Unidos está ameaçando com 20 anos de prisão a quem der água e comida para tentar defender a vida de imigrantes ilegais na fronteira com o México. Integrante da organização No More Deaths/No Más Muertes (Chega de Mortes), Scott Warren, de 36 anos, pode ficar trancafiado duas décadas em Tucson, no Arizona, por “conspirar para transportar e dar abrigo a imigrantes”.

Scott é um dos muitos voluntários que percorre quilômetros no Deserto de Sonora, entre os dois países, para deixar suprimentos básicos de primeiros socorros nas trilhas usadas pelos migrantes que, tentando cruzar a fronteira para fugir da fome e do desemprego, enfrentam os perigos do deserto, além de temperaturas que caem abaixo de zero nas noites de inverno e passam de 46 graus no verão.

Segundo levantamentos, foram de 7.000 corpos mortos encontrados ao longo da fronteira nos últimos 20 anos, mas o número de mortos é obviamente muito maior, já que grande parte dos restos dos chamados “ilegais” nunca foram localizados. Preso no ano passado, ao lado de dois migrantes da Amé-

rica Central, Scott está vendo o cerco se fechar. A Chega de Mortes é conhecida por seus voluntários deixarem milhares de galões de água ao longo do deserto para os migrantes. Para os advogados de Scott, o que está em julgamento é a defesa da vida, pois ele encontrou os dois migrantes, que tinham bolhas nos pés, tosse e dores do peito, estando exaustos e famintos após caminharem dois dias pelo deserto, quando haviam comido apenas uma tortilha recheada entre os dois. “Scott tinha um objetivo: oferecer bondade humana na forma de ajuda humanitária”, sustentou o advogado Gregory Kuykendall.

De acordo com Brian Griffey, pesquisador da Anistia Internacional na América do Norte, é preocupante o fato de que alguém que não trouxe os migrantes para os EUA, mas simplesmente ofereceu água, comida e abrigo, seja alvo de acusação criminal de tráfico de pessoas. “É um precedente muito perigoso que, tememos, pode ser o primeiro em uma campanha do governo americano para criminalizar a ajuda humanitária, assim como o apoio mais amplo a migrantes e pessoas em busca de asilo na fronteira com o México”, acrescentou.

Relator da ONU denuncia que Assange é “vítima de tortura”



O Relator Especial da ONU para Tortura, Nils Melzer, visitou Assange na prisão

China denuncia que ataque dos EUA à Huawei é “terrorismo econômico puro”

A China acusou os EUA de cometer “terrorismo econômico puro” ao tentar sufocar os gigantes de tecnologia chinesa sob pretextos duvidosos, como vem fazendo com a Huawei. “Provocar deliberadamente disputas comerciais é terrorismo econômico puro, chauvinismo econômico, intimidação econômica”, afirmou o vice-ministro das Relações Exteriores da China, Zhang Hanhui, na quinta-feira, após detalhar a viagem do presidente Xi Jinping à Rússia na próxima semana, em que fará uma visita de Estado ao grande país vizinho.

“Não há vencedores em uma guerra comercial. Não há vencedores”, reiterou Zhang. “Nós nos opomos a uma guerra comercial, mas não temos medo de uma guerra comercial”, acrescentou. A Huawei é líder na tecnologia de rede celular de alta velocidade 5G, base para a digitalização dos processos produtivos na nuvem, a intensificação da conectividade para um novo patamar e para a Internet das Coisas e a Inteligência Artificial, com os concorrentes atrasados de dois a três anos em relação aos seus avanços. E graças à maior produtividade e inovação, seus equipamentos são mais baratos do que os dos concorrentes. 40% das patentes da tecnologia 5G no mundo são da Huawei.

A declaração do vice-ministro significa uma elevação de tom na resposta a declaração feita pelo secretário de Estado Mike Pompeo, contra a Huawei e a “ameaça à segurança dos EUA”. “Gostariamos muito que os EUA nos fornecessem pelo menos alguma evidência [das acusações

à Huawei]. Os EUA vêm tentando por todos os meios tornar a Huawei um problema e fazer pessoas nos EUA acreditarem num suposto problema de segurança proveniente da Huawei”, disse talvez demasiado educado o porta-voz Lu Kang.

“INCONSTITUCIONAL”

A Huawei está acionando judicialmente em um tribunal federal do Texas o governo Trump, cujas ações contra a gigante chinesa são apontadas como “ilegais” e “inconstitucionais”. O diretor jurídico da empresa, Song Liuping, assinalou que a empresa chinesa está sendo punida injustamente sem que houvesse um veredito de culpada. “O governo dos EUA não forneceu nenhuma evidência para provar que a Huawei representa uma ameaça à segurança. Não há nada. Apenas conjecturas”, destacou.

Song acrescentou que os políticos dos EUA estão “usando a força de um país inteiro para atacar uma empresa privada”. Ele advertiu que colocar a empresa em uma lista negra “estabelece um precedente perigoso”. “Hoje é o setor de telecomunicações e a Huawei. Amanhã poderá ser seu setor, sua empresa, seus consumidores”, sublinhou.

A ação enfatiza que o uso da lei que autorizou o orçamento do Pentágono contra a Huawei constitui um a violação do devido processo legal, já que a empresa chinesa é deixada “sem oportunidade de refutação”. Acrescenta que a Huawei não se envolveu em espionagem ou roubo de propriedade intelectual

– outra alegação mentirosa, quando é ela a líder na tecnologia em questão – e que esses ataques são simplesmente o presidente dos EUA aproveitando seus poderes executivos para dar às empresas norte-americanas – e no mundo inteiro – uma vantagem competitiva injusta sobre suas contrapartes chinesas.

As acusações da Casa Branca de ameaça “à segurança nacional” e “à privacidade” têm sido consideradas pelos analistas como de mar de rir. Parece que o contrário é que está preocupando a chefia em Washington. Afinal, aquela infraestrutura de telecomunicações toda grampeada pelos norte-americanos, no planeta inteiro, como Edward Snowden provou, vai virar peça de museu com o advento do 5G chinês. NSA e CIA vão ter muita dificuldade para instalar suas portas dos fundos como estão acostumadas a fazer.

O regime Trump também pressiona os demais países e operadoras de telecomunicações para que se submetam a um decreto executivo dele, em outro caso flagrante de extraterritorialidade de leis norte-americanas.

Em outro front, as alianças Bluetooth, Secure Digital (SD) e Wi-Fi, que definem as normas para essas tecnologias, restabeleceram a Huawei sem nenhum anúncio oficial, após terem comunicado que estava suspensa. Os representantes da Huawei disseram apenas que seus produtos existentes não serão afetados pela proibição dos EUA e continuariam suportando cartões Wi-Fi, Bluetooth e Secure Digital (SD).

Leia a matéria completa em www.horadopovo.org.br

Agência da ONU confirma que Irã continua a cumprir limites definidos pelo acordo nuclear

O Irã segue cumprindo os limites estabelecidos no acordo nuclear, afirmou a agência nuclear da ONU, a AIEA, que é a responsável pelo rígido monitoramento, em seu relatório trimestral divulgado na sexta-feira (31). O relatório da AIEA disse que sua equipe teve acesso “a todos os locais no Irã que precisava visitar”.

Conforme a AIEA, os estoques de urânio e água pesada enriquecidos pelo país continuam bem abaixo dos limites máximos estabelecidos no acordo, mesmo com o anúncio de Teerã no início de maio de que suspendeu algumas das cláusulas, em decorrência das draconianas sanções do regime Trump e na expectativa que os cinco países que continuam no acordo cumpram com a sua parte para atender as necessidades urgentes iranianas.

A AIEA atestou o respeito do Irã ao teto de 300 toneladas de urânio enriquecido a 3,67%. Em 20 de maio, o Irã tinha 174,1 kg de urânio enriquecido, acima dos 163,8 kg de fevereiro, mas novamente dentro do limite relevante, acrescentou o órgão da ONU.

Teerã também segue respeitando limite de 130 toneladas métricas de água pesada. De acordo com o relatório, foi verificado em 26 de maio que o estoque de água pesada do Irã é de 125,2 toneladas métricas, um aumento de 0,4 toneladas em fevereiro. O relatório registra ainda que a operação da Planta de Produção de Água Pesada (HWPP) esteve interrompida entre 15 de abril de 2019 e 22 de maio de 2019.

Há um ano, o presidente Trump retirou abruptamente Washington do acordo, assinado em julho de 2015 entre Teerã e o grupo de países P5 + 1 – EUA, Grã-Bretanha, França, Rússia e China (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU) + Alemanha -, alegando que o acordo assinado pelo antecessor Obama era “ruim” e impôs sanções unilaterais extremadas, anunciando como meta zero de exportação de petróleo iraniano.

Obama havia assinado o acordo com o Irã em 2015, oficialmente conhe-

cido como Plano de Ação Integral Conjunto (JCPOA), depois de anos de detalhadas negociações, e estabelecendo o mais severo regime de monitoramento já aplicado a um país. cuja essência era a troca de restrições ao programa nuclear iraniano, afastando qualquer temor sobre armas nucleares, pelo fim das sanções e pela normalização das relações comerciais e diplomáticas, depois intempestivamente rasgado pelo presidente bilionário.

Como o Irã depende dessa receita para comprar tudo que importa e que ainda não produz, essas sanções funcionam como os cercos medievais às cidades antigas, para forçar a rendição pela fome. Recentemente, a Casa Branca suspendeu as isenções que permitiam que a China, a Coreia do Sul, a Turquia e mais cinco países, que são os principais importadores, seguissem comprando petróleo iraniano.

Em paralelo, Washington aumentou a escalada de provocações com o Irã.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

“Em 20 anos de trabalho com vítimas de guerra e perseguição política, nunca vi um grupo de governos unidos para demonizar e abusar de um único indivíduo”, disse Melzer após ver Assange

O Relator Especial da ONU para Tortura, o jurista suíço Nils Melzer, denunciou que o fundador do WikiLeaks, Julian Assange, mostra “todos os sintomas de uma pessoa que esteve exposta a tortura psicológica por um período prolongado” e afirmou que ele não deve ser extraditado para os EUA, onde sofreria “um show judicial politizado”. A declaração foi feita em Genebra, depois de visita do relator, acompanhado de dois especialistas médicos, ao presídio de segurança máxima em Londres em que o jornalista está encarcerado. “A perseguição coletiva a Julian Assange deve terminar aqui e agora!”, exigiu.

“Nossa descoberta indica que o Sr. Assange mostra todos os sintomas de uma pessoa exposta a tortura psicológica por um período prolongado. O psiquiatra que acompanhou minha missão disse que seu estado de saúde é crítico”, disse Melzer à Reuters em Genebra. “Mas eu entendo que ele foi hospitalizado agora e não está qualificado para enfrentar um julgamento”, acrescentou. Na semana passada, o jornalista não pôde participar de audiência por videoconferência sobre sua extradição aos EUA, por estar muito mal de saúde.

“Em 20 anos de trabalho com vítimas de guerra, violência e perseguição política, nunca vi um grupo de Estados democráticos se unindo para deliberadamente isolar, demonizar e abusar de um único indivíduo por tanto tempo e com tão pouca consideração pela dignidade humana e pelo Estado de Direito”, reiterou Melzer, que é também presidente da Academia de Direito Internacional Humanitário de Direitos Humanos de Genebra e professor de direito internacional na Universidade de Glasgow.

Assange foi preso em 11 de abril dentro da Embaixada do Equador em Londres, onde estava exilado. Imagem de vídeo da RT

“Assange foi deliberadamente exposto, por vários anos, a formas progressivamente graves de tratamento ou punição cruéis, desumanas ou degradantes, cujos efeitos cumulativos só podem ser descritos como tortura psicológica”, atestou Melzer em um comunicado. “Não estamos falando de processo, mas de perseguição”, acrescentou o jurista suíço. “Eu estou preocupado que se este homem for extraditado para os EUA, ele será exposto a um show judicial politizado e sérias violações de seus direitos humanos”, assinalou.

“Desde 2010, quando o Wikileaks começou a publicar provas de crimes de guerra e tortura cometidos por forças dos EUA, temos assistido a um esforço sustentado e concertado de vários estados para que o Sr. Assange seja extraditado para os Estados Unidos para ser processado. Esse esforço gerou sérias preocupações sobre a criminalização do jornalismo investigativo, violando tanto a Constituição dos Estados Unidos quanto a lei internacional sobre direitos humanos”, acrescentou o relator.

Em entrevista à jornalista norte-americana Amy Goodman, do Democracy Now, Melzer relatou que foi ao presídio londrino acompanhado de “dois especialistas médicos muito experientes e especializados em examinar, identificar e documentar sintomas de tortura – tortura física ou psicológica. E nós rodamos protocolos médicos, chamados Protocolos de Istambul, que são protocolos reconhecidos para examinar vítimas de tortura, para ter uma avaliação médica objetiva”.

“E minhas principais preocupações são que estou extremamente preocupado com seu atual estado de saúde, que já era alarmante quando o visitei e que parece ter se deteriorado rapidamente desde então, a ponto de ele não poder mais ser julgado e participar em audiências judiciais”. “Minha avaliação é que o Sr. Assange foi exposto a várias formas de tratamento cruel, desumano e degradante que, cumulativamente, têm o mesmo efeito da tortura psicológica”. Como o jornalista esteve confinado por quase sete anos em um ambiente “muito controlado”, para o Relator Especial da ONU “é possível identificar a relação causal” entre os sintomas médicos e as causas reais dos sintomas “com um alto grau de certeza”.

Trata-se, “em primeiro lugar, do esforço conjunto de vários Estados para entregá-lo aos Estados Unidos, o que é um pouco do elefante na sala”. “Esse é o único medo que ele tem desde 2010, quando publicou pela primeira vez grandes quantidades de informações comprometedoras sobre os Estados Unidos”, apontou Melzer. O que se seguiu de “uma campanha implacável de perseguição judicial”.

LINCHAMENTO

Para Melzer, Assange tem todos os motivos para temer que “não obterá um julgamento justo nos Estados Unidos e não estaria seguro e protegido dos tipos de detenção e tratamento que violariam a Convenção Contra a Tortura”.

O Relator Especial da ONU considerou que a partir de 2010 Assange “foi exposto a uma campanha de linchamento público, variando de ridicularização deliberada e insultos a até, na verdade, apelos por seu assassinato”. “Todos esses elementos contribuíram, obviamente, para um nível de estresse e ansiedade que seria insuportável para qualquer um”.

“Mas Melzer, Assange tem todos os motivos para temer que “não obterá um julgamento justo nos Estados Unidos e não estaria seguro e protegido dos tipos de detenção e tratamento que violariam a Convenção Contra a Tortura”.

O que se agravou quando, com a eleição do novo presidente no Equador em 2017, “o último governo que realmente lhe forneceu refúgio e proteção se voltou contra ele e começou a assediá-lo deliberadamente para que ele deixasse a embaixada e/ou para desencadear uma crise de saúde que justificaria sua expulsão para um hospital britânico e, portanto, para a jurisdição britânica”. Tudo somado, resultou “em um quadro médico e sintomas que são equivalentes ao que a tortura psicológica produziria durante um período prolongado”.

Melzer revelou que nem mesmo ele escapara dos efeitos dessa campanha difamatória contra o jornalista e da narrativa de “suspeito de estupro, narcisista, pessoa egoísta e ingrata, hacker”. Ao ser abordado em dezembro do ano passado pela equipe de defesa de Assange, chegou a ficar “relutante” a agir, “porque eu também havia sido afetado pelas narrativas que se espalharam na mídia ao longo dos anos”. “Só quando eu arranhei um pouco a superfície, vi como havia pouco fundamento para apoiar isso e quanta fabricação e manipulação há neste caso”.

Melzer afirmou que é importante constatar que “o Ministério Público sueco, as autoridades equatorianas e também as autoridades judiciárias da Grã Bretanha” até agora não demonstraram “a imparcialidade e objetividade exigidas pelo Estado de direito”. “Ele foi expulso da Embaixada do Equador sem o devido processo legal, e estamos falando sobre a suspensão formal do status de asilo e a suspensão da cidadania de sua nacionalidade, o que normalmente não seria feito, obviamente, por um presidente em decisão unilateral, mas isso seria um processo judicial em que o réu ou a pessoa em questão teria o direito de se defender”. A.P.

Leia o texto completo em www.horadopovo.org.br

Caxias e a guerra do Paraguai: retrato do homem no outono de sua vida - 5

É preciso que os nobres senadores se convençam que a guerra do Paraguai desde o seu começo, foi feita às apalpadelas. Não havia mapas do país por onde me pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo

Senado do Império – Sessão de 15 de julho de 1870
(continuação da edição anterior)

Quando essa força chegou a seu destino, já achou a ponte ocupada pelo inimigo.

A posição era terrível. Ninguém conhecia o terreno; eram 4 para 5 horas da tarde, por isso julguei conveniente não atacar logo. Tínhamos de atravessar espessa mata onde o inimigo podia estar oculto, e ignorava-se até de que força dispunha além da mata.

Mandei retroceder essa vanguarda e ordenei o ataque para o dia seguinte.

Senhores, nada mais fácil, depois dos fatos consumados, e conhecido o terreno, a força e manobra do inimigo, de longe e com toda a calma e sangue frio, à vista de partes oficiais, criticar operações e indicar planos mais vantajosos. (Apoiados).

O SR. JOBIM: – Não faltam mestres de obra feita.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Mas o mesmo não acontece a quem se acha no teatro das operações, caminhando nas trevas, em país inteiramente desconhecido, inçado de dificuldades naturais. (Apoiados) É preciso que os nobres senadores se convençam que a guerra do Paraguai desde o seu começo, foi feita às apalpadelas. (Apoiados) Não havia mapas do país por onde me pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo.

No dia seguinte, ao amanhecer, marchamos sobre a ponte. Travou-se o combate; nossa vanguarda apoderou-se da artilharia do inimigo, mas teve de retroceder em desordem sobre a testa da coluna, depois de ter caído morto o bravo coronel Fernando Machado.

Então soube pelo dito de um paraguaio que pelo nosso flanco esquerdo havia uma vereda que ia sair à retaguarda da posição ocupada pelo inimigo.

Ordenei logo, incontinentemente, ao Sr. marquês do Herval que à testa do 3º corpo seguisse por essa vereda, procurando contornar o inimigo, na suposição de que a distância, segundo informava o prático, seria de légua e meia.

Mas o que aconteceu? O caminho era péssimo e o ilustre general teve de percorrer uma curva de três léguas de extensão. Demorou-se, portanto, e com toda razão, mais tempo do que eu suponha.

O combate estava engajado, como já disse; a bateria já tinha sido retomada pelo inimigo, que com ela nos fazia grande dano. Forçoso, pois, era continuar o ataque para nos assenhorearmos dela. Efetuou-se segunda e terceira carga: foram feridos no seu posto de honra, e retiraram-se do combate, os Srs. generais Itaparica e Gurjão; as forças que eles comandavam tornaram a retroceder em debandada, e vieram sobre a testa da coluna em que eu me achava.

Que fazer? As circunstâncias eram críticas. Eu não sabia, nem podia saber onde se achava o Sr. marquês do Herval, nem que obstáculos teria encontrado, nem que demora podia ter. Duas horas já eram passadas; não havia tempo a perder. (Apoiados). A desordem da vanguarda podia



comunicar-se à força principal; não vaciei um momento; pus-me à frente de todas as forças e tomei a posição.

Meia hora depois chegou o Sr. marquês do Herval e deu razões que provaram a absoluta impossibilidade de apresentar-se mais cedo. Justificou-se completamente.

Quanto ao Sr. visconde de Itaparica, torno a dizer o que já consta de ordem do dia. Não mandou fazer o reconhecimento pela razão já indicada.

Não é possível, Sr. presidente, fazer ideia adequada dos terrenos do Chaco. Durante o tempo seco, criam uma crosta de três ou quatro palmos de grossura, que permite a passagem de um ou outro cavaleiro, de uma ou outra carreta; mas se o trânsito se amiúda e o tráfego aumenta, a terra fende-se e cavalo, cavaleiro, carretas e tudo é absorvido por tremedais insondáveis.

Em luta com tantas e tamanhas dificuldades, pisando-se um terreno completamente desconhecido, como se quer exigir impossíveis? Onde está a culpa atribuída aos dois generais? Pode ser que o meu nobre colega, se fosse general e lá estivesse, procedesse de outro modo; eu fiz o que julguei mais acertado.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – O Diário do Exército disse outra coisa.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – O que é que disse o Diário do Exército?

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Tenho-o aqui.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Também o tenho.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – V. Ex. refere o reconhecimento de um modo diverso do Diário.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Pois bem; V. Ex. agora julgue como quiser.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Não; julgo como V. Ex. Diz.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – A redação pode não ser boa, mas o fato é este.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Julgo pelas palavras de V. Ex.; mas argumentei em boa fé com o Diário do Exército.

O SR. PRESIDENTE: – Atenção.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Perdoe-me; V. Ex. também me acusou, em um de seus discursos, de que, se nossas tropas não entraram em Humaitá, a 16 de julho, foi porque mandei ordem ao Sr. marquês do Herval para retirar-se, quando já estava dentro de Humaitá. É inexato; nem dentro de Humaitá esteve nesse dia nenhum dos nossos, nem tal ordem de retirada foi dada; e citou o Diário do Exército.

O SR. JAGUARIBE: – Apoiado; lembro-me disto.

O SR. SILVEIRA DA MOTTA: – Sim senhor.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Aqui está o Diá-



rio do Exército. O que diz ele? Inteiramente o contrário do que referiu V. Ex. (Lê.)

“Dois ajudantes de campo foram então enviados pelo visconde do Herval, com pequeno intervalo de tempo um do outro.

“O primeiro participou a S. Ex. que o mesmo general havia já transposto o primeiro fosso, e que o inimigo parecia apresentar pouca resistência.

“A resposta de S. Ex. foi a seguinte: que procedesse como entendesse conveniente, levando a efeito o assalto, se visse probabilidade disto, sem grandes perdas de nossa parte.

“Neste mesmo sentido mandou S. Ex. expedir um telegrama ao general Argolo.

“O segundo ajudante de campo veio pouco depois participar que o mesmo general já se achava próximo à trincheira; que as nossas perdas já se tornavam consideráveis e que ele aguardava a decisão de S. Ex. para, não obstante, avançar ou recuar.

“Mandou-lhe S. Ex. dizer que deixava ao seu juízo o que entendesse mais acertado, e que se precisasse de mais forças, ele marcharia em seu apoio com as da reserva; devendo, outrossim, considerar que em tais ocasiões perdia-se às vezes mais gente retirando do que avançando.

“Nesta ocasião, mandou também S. Ex. expedir outro telegrama ao general Argolo, determinando-lhe que levasse a efeito o assalto, e fizesse seguir a seu destino a brigada que se tinha mandado embarcar.

“Acabava, porém, esta ordem de ser expedida, quando S. Ex. recebeu aviso de que vinha o visconde do Herval retirando; pelo que mandou imediatamente desfazê-la.

“Este general tinha já sofrido muitas perdas, e vendo que a resistência do inimigo se tornava tenaz, julgou conveniente contramarchar, uma vez que já havia conseguido o reconhecimento ordenado...”

Eis o que houve. O Sr. marquês do Herval cumpriu seu dever, fez e procedeu como entendeu, e procedeu bem. Não retirou-se em consequência de ordem minha; mas usando do arbítrio que eu lhe havia confiado. Esta é a verdade.

Este Diário foi publicado no exército há dois anos; o Sr. marquês do Herval é um general de pundonor e brio, não deixaria pairar sobre sua honra a menor suspeita; se lhe eu tivesse faltado à justiça, não deixaria de reclamar em tempo. (Apoiados.) Nunca o fez e antes continua a conservar comigo as mais íntimas relações de amizade.

Passo a outro assunto.

Perguntou-me também o nobre senador pela província da Bahia, por que não persegui a López no dia 27 de Dezembro.

Senhores, não persegui a López por muitas razões: 1ª, porque eu não podia saber por onde López fugiria. O exército inimigo desfez-se na frente do nosso. Aí está o depoimento do chefe de estado-maior do exército paraguaio; é ele quem declara que López se escapara pela picada do Potreiro Marmoré com 60 cavaleiros. Como o havia de perseguir em uma circunferência de três léguas que compreendia a área das operações?

Eu estava em um ponto, López fugiu pelo outro, metendo-se pela mata; como persegui-lo? Todavia, nesses lugares eu tinha mandado colocar cavalaria; mas ele podia passar pela mata sem que a cavalaria o pressentisse. Um grupo de 60 homens em um grande combate passa despercebido. Além disto esse grupo internou-se em uma mata que ninguém sabia que dava trânsito.

Tinha de mais, à minha retaguarda, Angostura, com 15 peças de artilharia e 2.000 homens, pouco mais ou menos, de guarnição; como havia de entrar-me com o exército por esses caminhos desconhecidos? Não era possível, sobretudo estando, em nossa retaguarda, Angostura ocupada pelo inimigo.

Entretanto, uma partida teve ordem de explorar a mata e trouxeram dela muitos fugitivos. Naquela ocasião ninguém sabia por onde se tinha escapado López; só três dias depois é que se soube a direção que ele tinha tomado, quando alguns oficiais, dos 60 cavaleiros que o acompanharam, deixando-o em caminho, se me vieram apresentar, e disseram que López se dirigia para Acurra; mas eu não podia confiar ainda inteiramente em tais notícias.

Hoje nada é mais fácil do que discorrer sobre a maneira de se ter agarrado López (apoiados); mas lá quem é que sabia onde ele estava, em tão considerável extensão de terreno ocupado pelas forças combatentes?

Depois de três semanas de contínuos combates, em que estado não se achariam o exército, os soldados, os cavalos, munições, e até o próprio armamento?

Não estando concluída a manobra, voltei sobre Angostura, obriguei essa praça a render-se; não tive mais inimigos a combater. A navegação do rio ficou completamente desembaraçada e franca.

Marchei então para Assunção, onde me constava que havia ali ainda 2.000 homens às ordens de Camiños.

Cheguei a essa capital no dia 5 de Janeiro, tendo mandado ocupá-la no dia 1º. Três dias depois adoeci gravemente.

Tendo chegado o general

Passagem do Chaco, tela de Pedro Américo

que devia substituir-me, entreguei-lhe o comando das forças que ali se achavam.

Entendi que não devia permanecer na Assunção, porque essa permanência, além de agravar o mau estado de minha saúde, seria um embaraço para meu sucessor.

Um general da minha idade e graduação, tendo ocupado o lugar que ocupei, permanecendo na localidade em que está outro, aquele que o vai substituir interinamente, quem quer que ele seja, este nada resolve sem que o outro seja ouvido; tais eram meus sofrimentos que não me julgava em circunstâncias de dar conselhos: necessariamente minha presença havia de perturbar a marcha do serviço. Assim, julguei que devia retirar-me imediatamente para Montevideu, que era ainda distrito do exército, e aí aguardar as últimas ordens do governo. Eu já tinha duas licenças, uma do Sr. Paranaguá e outra do Sr. barão de Muritiba.

Tenho ainda muita coisa a dizer, mas estou tão fatigado...

O SR. MINISTRO DA MARINHA: – Descanse um pouco.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Senhores, ainda direi alguma coisa para esclarecer ao meu colega (o Sr. Silveira Lobo) sobre uma acusação que me dirigiu na melhor boa fé.

Sr. presidente, até se me quis fazer um crime de haver trazido do Paraguai os animais de meu uso. Os meus amigos não deram grande apreço a esta acusação; mas nem por isso deixarei de defender-me.

É verdade que assim pratiquei. Estava no meu direito. Se o nobre senador soubesse isto, não me faria a acusação que fez.

Os oficiais montados têm direito à cavalgadura quando encarregados de qualquer comissão. Recebem na pagadoria das tropas o valor dos cavalos e bestas de bagagem.

O SR. SILVEIRA LOBO: – Perdoe-me; não foi pelos animais, foi pelo transporte ser caro.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Quero apenas explicar o fato; nenhuma animosidade tenho contra o nobre senador, não.

Esses oficiais, como ia dizendo, quando são nomeados para alguma comissão têm direito à cavalgaduras, e as recebem em dinheiro na pagadoria das tropas. Se eles as quisessem comprar aqui e exigissem do governo o transporte, o governo teria obrigação de lho dar. Mas nunca acontece isto, quando as comissões são para o Sul do Império, pois neste

caso ninguém compra animais aqui, todos levam dinheiro e lá os compram.

Se o oficial serve cinco anos na comissão para que foi nomeado, não restitui o valor do cavalo; mas se serve menos tempo, quando volta, a tesouraria lhe desconta no soldo pela 5ª parte, até que pague o valor, pelo qual ainda está responsável. Por consequência, se quiser trazer consigo as suas cavalgaduras, o governo tem restrita obrigação de lhes proporcionar transporte, porque elas não são propriedade do oficial e sim da nação.

Eu tinha o direito de trazer 6 cavalos e 12 bestas de bagagem; trouxe 3 cavalos e 4 bestas; creio que não fui além daquilo que podia fazer; e ainda sofro em meu soldo o desconto do valor desses animais, por isso que não estive na campanha cinco anos.

Acredito que se o nobre senador soubesse destas circunstâncias não me faria a acusação que fez.

E isto que pratiquei, praticaram todos os meus antecessores e o meu sucessor, e ninguém fez a respeito deles o menor reparo; todos os julgaram em seu perfeito direito. O que para eles era lícito, permitido expressamente pela lei, praticado por mim foi reputado por mim foi reputado um crime!

O SR. FIRMINO: – Apoiado.
O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Senhores, ainda há uma acusação que muito me penalizou.

O nobre senador pela província de Goiás imputou-me um fato de grave negligência, isto é, não ter mandado recolher as armas dos nossos soldados que morreram ou foram gravemente feridos, e, as deixara, por isso, nos campos da batalha de Lomas Valentinas, proporcionando assim a López poderoso auxílio de mandar recolher essas armas, com as quais, depois de derrotado, pôde continuar a guerra contra nós.

Senhores, esta acusação é muito grave; tão grave quanto infundada. Mas, felizmente para minha defesa, está acabada a guerra. Já foi recolhido todo o armamento que havia em poder do inimigo; quantas armas brasileiras se acharam? Resquin, no seu depoimento, diz que apenas foram encontradas 500, sem declarar a que nacionalidade pertenciam; um boletim do exército, referindo-se ao dito de um passado do inimigo, não indicou o número.

Seria com estas 500 armas que López pôde sustentar a guerra por mais um ano? Não é de supor.

Procurei depois indagar se algumas armas brasileiras tinham sido encontradas nos últimos despojos do inimigo; escrevi a vários chefes, dos mais competentes, pedindo informações a este respeito, e eles me responderam que nenhuma arma nossa tinha sido encontrada.

Pode haver refutação mais completa de semelhante acusação?

Certo que não. Dúvida nenhuma pode hoje pairar a este respeito.

Estou intimamente convencido que o meu nobre colega foi iludido pelas informações inexatas que teve, pois, a não ser assim, a não se ter abusado de sua boa fé, era impossível que dirigisse tão grave acusação contra um general velho, que serve a seu país há mais de meio século.

Senhores, o Senado sabe que não tenho o hábito da tribuna.

VOZES: – Tem falado muito bem.

O SR. DUQUE DE CAXIAS: – Se o meu estado de saúde era péssimo ao retirar-me do Paraguai, hoje não está ainda de todo restabelecido. Paro aqui, por ora; se for preciso darei depois outros esclarecimentos. (Muito bem. Perfeitamente).

(Extraído de *Annaes do Senado do Imperio do Brazil, Anno de 1870, Livro 2*)